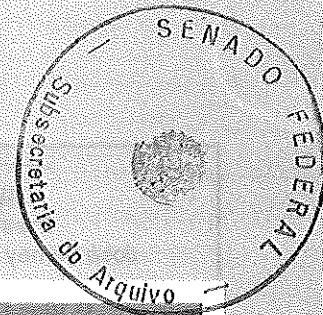




República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - N° 009

SÁBADO, 14 DE OUTUBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odaíri Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPR – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PP – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – SP</p> <p>CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p>	<p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira</p>	<p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PP Líder Bernardo Cabral</p> <p>Vice-Líder João França</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líderes Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade</p>
---	---	---

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 168ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1995

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 317, de 1995, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 372, de 1981, (nº 8.321/86, naquela Casa), de autoria do Senador Humberto Lucena, que dá nova redação ao item I e aos parágrafos 3º e 5º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. 00918

1.2.2 – Ofício

Nº 56, de 1995, de autoria do Senador Carlos Wilson, comunicando a designação dos Srs. Senadores, que integrarão a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar à 11ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se na cidade do Cairo, Egito, entre os dias 15 e 22 de outubro vindouro e visita da mesma Delegação a Roma, nos dias 23 e 25 do mesmo mês para reuniões com autoridades italianas. 00918

1.2.3 – Requerimentos

Nº 1.330, de 1995, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 26 de outubro do corrente ano para desempenhar missão no exterior. 00918

Nº 1.331, de 1995, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando autorização para ausentar-se do País, no período de 14 a 26 de outubro do corrente ano, para desempenhar missão no exterior. 00918

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última quarta-feira, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 107, de 1995, de autoria do Senador Emandes Amorim, que transforma as funções comissionadas que menciona, cria cargos em comissão e dá outras providências, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas. 00919

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Situação dos sem-terra e as metas de assentamento para este ano. 00919

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Conclusões preliminares da Comissão Especial

do Senado de Obras Inacabadas. Apelo ao Srs. Parlamentares para que abandonem as emendas individuais em favor de emendas coletivas das bancadas ao Orçamento. Apoio à criação da Frente Parlamentar Ferroviária. 00924

SENADORA MARINA SILVA – Audiência com o Presidente da República para tratar da exploração irregular de madeira no Acre. 00928

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Desigualdades e injustiças sociais, em razão da má distribuição de terras. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em Parauapebas, Pará. Reunião com os Presidentes do INCRA e da FUNAI para resolver disputa de terra entre trabalhadores rurais dos Municípios de Tucumã e de São Felix do Xingú com os índios da tribo Bacajá – Kayapós. 00932

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Análise do documento recebido da Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, sob o título: "Subsídios para os planos de ação dos Governos Federal e Estadual na área de atenção ao portador de deficiência". 00935

SENADOR EDISON LOBÃO – Razões para a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, de sua autoria juntamente com o Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais. 00937

SENADOR ODACIR SOARES – Necessidade de intensificar os debates sobre a Reforma Administrativa do Governo. 00939

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nº 14, de 1995 00941

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 664, de 1995 (republicação) 00941

Nº 718 a 741, de 1995 00942

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDOR E CORREGEDORES

SUBSTITUTOS

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

**Ata da 168ª Sessão não deliberativa,
em 13 de outubro de 1995**
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência do Sr. José Sarney

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

**DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 317/95, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 372, de 1981 (nº 8.321/86, naquela Casa), de autoria do Senador Humberto Lucena, que dá nova redação ao item I e aos parágrafos 3º e 5º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
DE TURISMO
Grupo Brasileiro**

Ofício nº 56/95

Brasília, 29 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que os Senhores Senadores relacionados em anexo, integrarão a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo à 11ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se na cidade do Cairo – Egito, entre os dias 15 e 22 de outubro vindouro. A mesma delegação valer-se-á do ensejo para, nos dias 23 a 25 do mesmo mês, encontrar-se em Roma – Itália –, com autoridades do Ministério do Turismo e com autoridades que promovem a "Operação Mãos Limpas", em andamento naquele país.

Dessa forma rogo a Vossa Excelência considere como em missão oficial a ausência desses Senadores.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Senador Carlos Wilson, Presidente.

11ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo e encontros com autoridades Italianas do Ministério do Turismo e com aquelas que promovem a "Operação Mãos Limpas" em andamento na Itália, a realizarem-se, a primeira, na cidade do Cairo, Egito, entre os dias 15 e 22 de outubro e, os demais eventos, em Roma e Milão, Itália, nos dias 23 a 25 do mesmo mês.

DELEGAÇÃO

Senador Carlos Wilson

Senador Casildo Maldaner

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.330, DE 1995

Tendo sido convidado a integrar a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar à 11ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo que será realizada na cidade do Cairo – Egito, entre os dias 15 e 22 de outubro do corrente ano e nos dias 23 a 25 do mesmo mês de outubro em Roma – Itália, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e art. 40, § 1º, "a" do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995.

Esclareço que deverei estar ausente do País no período de 13 à 26-10-95.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1995, – Senador Casildo Maldaner.

REQUERIMENTO Nº 1.331, DE 1995

Tendo sido convidado a integrar a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar à 11ª Assembléia Geral da Organização Mundial de

Turismo que será realizada na cidade do Cairo – Egito, entre os dias 15 e 22 de outubro do corrente ano e nos dias 23 a 25 do mesmo mês de outubro em Roma – Itália, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 55., III, da Constituição Federal e art. 40, § 1º, "a" do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995.

Esclareço que deverei estar ausente do País no período de 14 a 26 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1995. –
Senador **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os requerimentos lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Encerrou-se, na quarta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 107, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que transforma as funções comissionadas que menciona, cria cargos em comissão e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os últimos dias têm sido marcados por um grande debate em torno da questão da reforma agrária. Há uma série de invasões de propriedades, manifestações do Movimento dos Sem-Terra, substituição da Presidência do INCRA pelo Dr. Francisco Graziano - pessoa da confiança e da intimidade do Presidente da República -, reunião do Presidente da República com Lideranças do Partido dos Trabalhadores, como também muito desencontro em relação a números.

Fui um dos que teve a oportunidade de falar, neste plenário, quando o Presidente da República lançou, no Ceará, no Município de São João do Jaguaribe, o programa de assentamento de populações na área rural, inclusive tendo, naquela ocasião, anunciado metas a serem cumpridas durante o seu governo.

Esse desencontro de números foi esclarecido pelo atual Presidente do Incra, Dr. Francisco Graziano, numa matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 11 deste mês, que passo a ler:

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

Francisco Graziano Neto, anunciou que foram assentadas neste ano 20.517 famílias. Desse total, segundo ele, 9.430 em projetos criados em 1995 - quer dizer, projetos novos, deste ano - e 5.886 em projetos antigos, criados até dezembro de 1994. Sobre as restantes 5.201 famílias ainda não chegou ao Incra o número, mas a maior parte foi assentada em projetos novos.

Quer dizer, o próprio Incra ainda não tinha rigorosamente essas informações.

Graziano ressaltou que foram criados 129 projetos este ano, com capacidade de assentamento de 20.354 famílias, numa área de 926 mil hectares. A meta é assentar 40 mil famílias e "deve ser atingida", porque o governo dispõe ainda de 243 projetos, 220 novos, com capacidade de receber 28 mil famílias.

Portanto, há uma informação do próprio Incra sobre o número de famílias assentadas já neste ano.

Sobre a parte de recursos aplicados para esses assentamentos, diz a matéria:

Graziano corrigiu os dados que vêm sendo divulgados pela imprensa, segundo os quais o Incra gastou este ano 3,5% do seu orçamento, que é de R\$1,353 bilhão. Segundo ele, já foram gastos efetivamente R\$651 milhões, sendo R\$365 milhões na emissão de títulos da dívida agrária. Portanto, segundo Graziano, já foram gastos 48,12% do orçamento total do Incra.

O presidente do Incra disse que não vê motivo para mais invasões no País. Ele lembrou que, nos últimos dez anos, o governo assentou, em média, 15 mil famílias por ano.

Isso significa dizer que o Governo Fernando Henrique assentou, neste ano de 1995, um número superior à média observada nos anos anteriores, já que teriam sido assentadas 20.517 famílias.

Não obstante esse esforço do Governo, o problema persiste, inclusive acarretando uma grande preocupação no campo.

Os jornais de hoje, pelo que li na sinopse, trazem muitas notícias inquietantes com relação ao problema de invasões e arregimentações de proprietários rurais, agora até com uma articulação transnacional: os proprietários rurais dos países do Mercosul estariam se articulando para resistirem a essas invasões de suas propriedades.

Então, o Presidente pediu uma trégua, para que se pudesse repor o problema nos seus devidos termos, e para que se estabelecesse uma política coerente e efetiva para a solução dessa grave questão.

Os recursos anunciados na matéria que acabei de ler, da responsabilidade do Dr. Francisco Graziano, podem atenuar os problemas dos sem-terra, principalmente aqueles mais agudos, que existem em 22 Estados, representados por 32 mil famílias acampadas, 2/3 delas às margens de rodovias ou em terrenos cedidos a título precário. Para evitar problemas e confrontações, como os de Corumbiara, em Rondônia, os recursos deveriam ser canalizados preferencialmente para as áreas mais críticas, embora estas não sejam, por vezes, as mais adequadas ao desenvolvimento agrícola.

É necessário, neste momento, refletir sobre as decisões e os resultados do programa de reforma agrária no Brasil, o qual, apesar do tempo decorrido e dos esforços envidados não alcançou, a nosso ver, os fins desejados. Há, ao longo do processo, uma grande soma de erros cometidos, seja no modelo, seja na execução e uma excessiva politização do problema.

- Quem como eu - e é o caso do Senador Nabor Júnior, que está aqui e do nosso ilustre visitante Deputado Augusto de Carvalho - participou da Assembleia Nacional Constituinte sabe que um dos grandes lobbies que funcionou na Assembleia Nacional Constituinte foi aquele que se desenvolveu em torno da reforma agrária, tanto por parte dos sem-terra, como também dos proprietários rurais, o que gerou uma péssima solução na Constituição de 1988, que em nada tem ajudado a resolver o problema.

O órgão responsável pela política de reforma agrária no País é o Incra, que sucedeu o Inic, que gerou o Supra, que transformou-se em Inda e posteriormente em Ibra, refletindo entre tantas siglas uma série de desacertos e, até certo ponto, uma falta de decisão política para implementação da reforma agrária. É interessante ressaltar que dos anos 60 em diante, em plena fase do autoritarismo, formulou-se uma legislação agrária das mais avançadas que se tem conhecimento na história do País - o Estatuto da Terra. Na prática, enfrentando a legislação avançada, opunha-se à falta de um conhecimento da realidade, do despreparo dos executores e da ausência de vontade política de implementação efetiva da reforma agrária, a qual passou a se resumir a tímidas medidas de colonização e à regularização fundiária.

Em um período de 20 anos, ou seja, de 1964 a 1984, foram desapropriados 185 imóveis, com 13,5

milhões de hectares. As áreas arrecadadas e utilizadas para colonização, por sua vez, atingiram 17 milhões de hectares, com 115 mil famílias beneficiadas em noventa projetos, dos quais apenas 41 foram emancipados. A baixa taxa de emancipação dos projetos nos remete à questão de se apenas a promoção do acesso à terra será suficiente para transformar os não-proprietários em famílias com atividade econômica rentável. Ainda neste período foram regularizados 81 milhões de hectares.

Outro marco no processo de Reforma Agrária foi no período de 1985-1990, denominado de Nova República, que representou a transição entre o regime de exceção e a retomada da democracia no país. Neste período, foi aprovado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa desapropriação de 43 milhões de hectares para assentamento de 1,4 milhão de famílias de trabalhadores sem-terra. Infelizmente, dificuldades de várias ordens determinaram que apenas 10% das metas programadas fossem efetivamente alcançadas. Dos 43 milhões de hectares foram obtidos 4,5 milhões, que resultaram na criação de 515 projetos, com capacidade para assentar 90 mil famílias, número pequeno, se comparado à meta de 1,4 milhão de famílias previstas inicialmente.

Eventos como o de Corumbiara, em Rondônia, levam a nação a refletir sobre a situação dos sem-terra e sobre a necessidade de acelerar o processo de Reforma Agrária. É necessário, entretanto, que se faça uma avaliação de todas as tentativas feitas, no sentido de se melhorar o perfil de distribuição de terra no Brasil. De modo simplístico, chega-se à conclusão de que os programas de assentamento e colonização, de modo geral, inclusive os do DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas, não chegaram a resultados satisfatórios e que até contribuíram, por falta de assistência aos assentados, para a construção de verdadeiras favelas no campo.

A meu ver, durante todos esses anos, confundiu-se uma boa e necessária reforma com a divisão pura e simples das terras. Um reestudo das estratégias de implementação de reforma agrária no País deve levar em conta a necessidade de criação de um sistema de planejamento, graças ao qual o Incra possa identificar as terras passíveis de desapropriação, sem ter de esperar pela prévia sinalização do movimento político organizado dos trabalhadores sem-terra.

É bom deixar de lado a retórica vazia e se debruçar sobre algumas questões, como as levantadas pelo atual Presidente do Incra, Dr. Francisco Grazia-

no, ao longo do tempo um estudioso do assunto. Ele afirma que as estatísticas do Incra mostram de forma exagerada e sem base sólida de apoio que 26% de todas as propriedades rurais brasileiras são latifúndios.

Segundo ele, há uma distorção na conceituação do que é latifúndio e no País estabeleceram-se dois tipos: o primeiro é o latifúndio por tamanho, que varia conforme a região; o segundo, o latifúndio por exploração. Quando a propriedade rural não atinge um determinado grau de produtividade, ela é considerada um latifúndio por exploração, mesmo que seja de pequeno tamanho.

Essas estatísticas equivocadas do INCRA colocam no mesmo patamar tanto o latifundiário que especula com a terra, quanto o agricultor médio que tem dificuldades para a aquisição de insumos modernos e que, por isso, não consegue bons índices de produtividade. Por conta disso, são listados nos relatórios como latifundiários, aumentando as estatísticas de terras passíveis de desapropriações, que atingem 42 milhões de hectares, mencionados no último Plano de Reforma Agrária quantidade que muitos acreditam exagerada.

Essas estatísticas distorcidas são fruto de um cadastramento malfeito e desatualizado, de vez que seus dados incluem terras registradas na década de sessenta. Uma outra distorção é que o Incra considera, em muitos casos, terras inadequadas para a agricultura como férteis. As terras cobertas por matas na Amazônia ou as caatingas nordestinas abrigam, em tese, enormes latifúndios, mas não se adequam à prática da agricultura, devido à inacessibilidade ou pela baixa dotação de recursos naturais. Nessa área, têm-se cometido grandes equívocos, como os assentamentos sendo praticados em terras sem aptidão agrícola. No Centro-Sul, de onde saem 70% dos produtos agrícolas brasileiros, acredita-se ser um equívoco onerar grandes propriedades como latifúndio. Hoje elas se tornaram empresas rurais. A nosso ver, as grandes fazendas que produzem muito, devem ser encaradas como grandes empresas rurais, fontes de empregos estáveis para os sem-terra, e tratadas como se tratam os oligopólios da economia. Deveriam sim pagar impostos mais altos.

A maior quantidade de terras disponíveis para assentamento estão, sem dúvida, no sul do Amazonas e do Pará, no norte do Tocantins e Goiás, no Piauí e no Maranhão. Essas terras devem ser dotadas de infra-estrutura, e é necessária a conscientização de que apenas assentar o sem-terra não resol-

ve. O próprio assentado tem que possuir tradição de trabalhar com a agricultura e ser treinado para saber superar os complexos desafios da atividade. Para exemplificar as complicações crescentes da atividade agrícola, é bom ressaltar que em 1950 predominavam cinco pragas principais na agricultura brasileira.

Hoje, são mais de trinta. Na década de cinquenta, quem obtivesse um pedaço de terra teria maiores facilidades de progredir. O agricultor sem terra, que não detém nem a tecnologia nem recursos para investir, dificilmente conseguirá gerar produtos e riqueza.

A Sr^a Marina Silva - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Ouço a Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva - Muito obrigada, pela oportunidade do aparte. Preocupa-me essa questão a que V. Ex^a acaba de se referir. Muitas vezes, o Governo tenta fazer assentamentos em áreas inadequadas, como é o caso de algumas regiões na Amazônia, onde a área não é fértil, porque a Amazônia como um todo tem apenas uma pequena camada fértil - a camada de húmus - de, no máximo, trinta centímetros, constituída exatamente por aqueles resíduos das folhas e árvores que apodreceram. Com o decorrer dos anos, em razão principalmente das queimadas, essa camada vai perdendo todas as suas riquezas, o seu potencial mineral para se poder desenvolver uma agricultura saudável. Outro aspecto é que há sempre a compreensão de que terras desocupadas, espaços desocupados existem na Amazônia. Há uma concentração de terras nas mãos de poucos no Centro-Sul, e se tenta resolver esse problema de concentração fazendo assentamentos na Amazônia. Isso já tem criado alguns problemas muito graves. Eu poderia citar aqui inúmeros projetos de assentamentos de pessoas que vieram de outras regiões e que não conseguem se adaptar às condições do clima e em razão também de problemas como malária e hepatite. Muitas vezes, pensa-se, até porque a Amazônia não é muito divulgada - a sua forma, a sua conformação - que lá há um vázio demográfico - ela é ocupada, não é desocupada -, só que é ocupada de forma adequada para que continue a ser Amazônia. Se ela for ocupada com lotes quadrículados, com cada posseiro podendo desmatar, daqui a alguns dias não mais poderá existir. Inclusive, estamos, aqui, debatendo sobre a questão da reforma agrária tendo, graças a Deus, a presença de um grande lutador em defesa da Amazônia, que é o Padre Paolino Baldassari, que está acompanhando.

do do Bispo Dom Moacyr Grechi, Padre Heitor Turri-
ni, o Prefeito de Rio Branco, o Prefeito de Sena Ma-
dureira, que estão enfrentando um conflito muito sé-
rio no que se refere a essa questão da terra e à ex-
ploração irregular de madeira. Parabenizo-o pelo
seu pronunciamento. E V. Ex^a que está ligado à
Amazônia fez a ressalva de que aquela não é uma
área desocupada, mas ocupada para as condições
de exploração que precisamos e deve ser feita na
Amazônia. Muito obrigada.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Muito obrigado
pelo seu aparte. V. Ex^a traz uma contribuição impor-
tante e mostra as limitações da Amazônia, porque
aquela grande Região, aquela grande área com uma
baixa densidade demográfica, tem suas característi-
cas ecológicas, tem o seu *habitat* e o seu meio am-
biente que precisam ser respeitados.

Agora mesmo, o Banco Mundial está formulan-
do um pedido público de desculpas sobre o financia-
mento de projetos que implicaram no desmatamento
da Amazônia. Então, isso ajuda a criar essa consci-
ência. E V. Ex^a tem se destacado aqui no Senado
por ser uma pessoa permanentemente preocupada
com esses problemas.

Aproveitando a oportunidade, quero saudar a
presença da comitiva de religiosos do Acre, lidera-
dos por Dom Moacyr Grech e pelos Prefeitos que
aqui estão para, com V. Ex^a, ir ao Presidente da
República, segundo notícia a imprensa, colocar al-
gumas questões em relação à terra e à Floresta
Amazônica.

Em Estados como Mato Grosso, Maranhão,
Pará e Piauí, há áreas desabitadas de 500 mil hec-
tares cada, próximos à infra-estrutura. Essas áreas
podem servir de modelo para um novo sistema de
reforma agrária. Neste sistema o Incra desoneraria o
Tesouro Nacional do pagamento das desapropriações,
gerando recursos próprios com a venda de parte
das terras desapropriadas para a agricultura capitalis-
ta. Conviveriam lado a lado empresas grandes, bem
estruturadas, e pequenas empresas, num modelo em
que a complementariedade predominaria.

Como o modelo atual tem primado pelos resul-
tados insatisfatórios, é necessário ousar. Uma das
idéias é utilizar um sistema capaz de absorver a expe-
riência capitalista da colonização, que fundou cidades
e gerou muitas riquezas em vários Estados, principal-
mente no Paraná e mais recentemente Rondônia.

A iniciativa privada poderá ser estimulada a
participar de tal esforço, pois a mistura de coloniza-
ção privada com a distribuição de terras agricultá-
veis pelo Governo, na certa fundará novos núcleos

populacionais, tornando regiões hoje despovoadas
atraentes para a instalação de usinas de leite, super-
mercados, agroindústrias e bancos.

Para evitar o êxodo rural, que incha a periferia
das grandes metrópoles brasileiras, não basta as-
sentar os trabalhadores sem terra. É preciso lhes
dar condições de sobrevivência decente. E não ape-
nas a estes, mas também aos milhões de pequenos
agricultores, que já possuem suas terras, mas não
têm como viver delas.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrícola do
Ministério da Agricultura, com apoio do BID, está de-
senvolvendo um projeto da chamada Agricultura Fa-
miliar, que se encontra no Brasil em ampla decadên-
cia e precisa ser apoiado, porque esses pequenos
agricultores, essas famílias que detêm pequenas
glebas de terra representam um potencial muito
grande de produção e de fixação dessas pessoas no
campo, inclusive garantindo a geração de empregos
e evitando essa urbanização acelerada e caótica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos
absolutamente a favor de uma reforma agrária
abrangente. Mas da mesma forma que estamos dis-
cutindo reformulações profundas na maneira de tra-
tar as questões do Estado, dentro de um esquema
de globalização da economia e do processo de reen-
genharia do Governo, é necessário abrir um novo
debate que incorpore uma crítica às maneiras, algu-
mas ultrapassadas, de promover a reforma agrária.
A idéia central é a de que é necessário um novo re-
cadastramento, garantindo que os especuladores
não forneçam novamente informações falsas sobre
suas terras. Em seguida, é necessário desapropriar
terras ociosas e elaborar uma política agrária, com
os órgãos do Estado, Prefeituras e representações
de agricultores que tenham impacto e funcionem.
Quem trabalha nas várias regiões, conhece mais suas
necessidades que qualquer técnico do Governo Fede-
ral, daí a descentralização com mais responsabilidade
dos Estados e Prefeituras se fazer necessária.

O presidente dos órgãos estaduais que cuida
do problema da reforma agrária, apresentou ao Mi-
nistro da Agricultura e ao presidente do Incra, um
documento propondo a descentralização da Refor-
ma Agrária e sua municipalização, baseado na idéia
de que as prefeituras conhecem melhor a realidade
local, podem negociar em condições mais vantagio-
sas essas terras e tornariam o processo mais descon-
centrado, conseqüentemente com mais chances de re-
solver os conflitos, de maneira mais rápida, evitando
os graves incidentes que têm caracterizado as pes-
soas envolvidas com esse assunto nos últimos anos.

Por último, gostaria de opinar que o Brasil somente responderá ao desafio do interior se atacar o problema rural em todos os seus aspectos: transportes, crédito, armazenagem, classificação de produtos, preços mínimos, tributos, implantação de agrovilas e agroindústrias. Em estudo recente, verificou-se que só a taxa indireta pode chegar a mais de 20% do valor bruto da produção agrícola, sem contar o que já vem embutido nos insumos, mais o Imposto de Renda Territorial Rural, de pífia cobrança. Como solucionar tudo isso sem uma reforma tributária?

O problema dos transportes é outro exemplo da emergência de profundas mudanças. Enquanto que nos Estados Unidos e na Argentina gasta-se U\$14 ou U\$15 para transportar soja ou farelo até o porto, no Brasil chegou-se a gastar U\$28, segundo um estudo da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). Pelas nossas rodovias esburacadas passam 70% das cargas, contra 25% nos Estados Unidos e 18% na Alemanha, que preferem navios e trens. Parte da renda que poderia ficar no interior perde-se entre a fazenda e a fábrica.

Se o Brasil equiparasse os custos de transportes de algumas das suas oleaginosas aos norte-americanos ou argentinos, só aí economizaria algo em redor de U\$280 milhões. Há um estudo na Secretaria de Assuntos Estratégicos provando que é possível reduzir de U\$8 para U\$3 os custos da tonelada embarcada nos portos, e de U\$20 para U\$15 o transporte entre o Brasil e a Europa.

O simples aumento da produtividade geraria dinheiro suficiente para empregar de forma decente muitos sem-terra. O Brasil está maduro para recusar demagogia que mantém viva certas posições equivocadas.

Muito obrigado.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO:*

PRESIDENTE LANÇA PLANO DOMINGO

Projeto a ser enviado ao Congresso prevê redistribuição de verbas para educação

Brasília – O Presidente Fernando Henrique Cardoso usou ontem o seu programa semanal de rádio Palavra do Presidente para falar sobre o Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que prevê a redistribuição de verbas para a educação. O plano será lançado domingo, Dia do Professor, por meio de mensagem a ser enviada ao Congresso. Fernando Henri-

que reconheceu que "a qualidade do ensino básico é ruim" e atribuiu a deficiência à má distribuição dos recursos e aos baixos salários. O Presidente acredita que o Congresso aprovará o plano e com ele serão criadas "as condições para uma boa educação e salários justos para os professores".

Diferenças – Segundo o Presidente, o tamanho do Brasil dificulta o trabalho dos Estados e municípios e as realidades são bem diferentes. "Há casos em que os municípios pobres carregam nas costas a responsabilidade pelo ensino da 1ª à 8ª série, enquanto o Estado faz muito pouco; e temos casos de municípios que nada fazem, deixam para o Estado todas as responsabilidades", admitiu. Fernando Henrique acredita que o plano disciplinará a distribuição do dinheiro destinado ao 1º grau e definirá o que é de responsabilidade do município e do Estado.

"INCRA REAFIRMA TOTAL DE ASSENTAMENTOS

Brasília – O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Francisco Graziano Neto, anunciou que foram assentadas neste ano 20.517 famílias. Desse total, segundo ele, 9.430 em projetos criados em 1995 e 5.886 em projetos antigos, criados até dezembro de 1994. Sobre as restantes 5.201 famílias ainda não chegou ao Incra o número, mas a maior parte foi assentada em projetos novos. Graziano ressaltou que foram criados 129 projetos este ano, com capacidade de assentamento de 20.354 famílias, numa área de 926 mil hectares. A meta é assentar 40 mil famílias e "deve ser atingida", porque o Governo dispõe ainda de 243 projetos, 220 novos, com capacidade para receber 28 mil famílias.

Graziano anunciou que, na próxima semana, o Incra irá encaminhar minutas de convênios com os Estados para fazer programas de reforma agrária. De acordo com ele, os Estados são "uma ponta importante dentro do programa, porque possuem terras devolutas". Graziano anunciou ainda que serão liberados R\$67 milhões até o final do ano para a realização de 789 obras de infra-estrutura em 500 assentamentos. Os recursos para essas obras provêm, em parte, do Ministério da Agricultura (Departamento de Cooperativismo) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Graziano corrigiu os dados que vem divulgados pela imprensa, segundo os quais o Incra gastou este ano 3,5% do seu orçamento, que é de R\$1,353 bilhão. Segundo ele, já foram gastos efetivamente R\$651 milhões, sendo R\$365 milhões na emissão de títulos da dívida agrária. Portanto, segundo Gra-

ziano, já foram gastos 48,12% do orçamento total do Incra.

O presidente do Incra disse que não vê motivo para mais invasões no País. Ele lembrou que, nos últimos dez anos, o Governo assentou, em média, 15 mil famílias por ano."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto, hoje, a um tema que me parece ser um dos mais importantes a serem discutidos no Congresso Nacional e na relação saudável que deve existir entre o Congresso Nacional e o Governo Federal, na elaboração do Orçamento Geral da União no próximo ano.

Na última quarta-feira, a Comissão de Obras Inacabadas, presidida pelo Senador Carlos Wilson, cujo Relator é o Senador Casildo Maldaner, atendendo à uma idéia consensual de todos nós, membros daquela Comissão, preparou um relatório preliminar, e dentre as mais de 3 mil obras, mostrou as que merecem atenção dessa Comissão Especial. Esse trabalho teve a colaboração - que, sem dúvida alguma, tem sido importante - do Tribunal de Contas da União e da Consultoria Legislativa do próprio Senado e, analisou mais de 3 mil obras, repito, separando pouco mais de uma centena delas que, pela sua importância em cada uma das Unidades da Federação, deve merecer, a juízo dessa Comissão, prioridade do Governo Federal nas suas respectivas conclusões.

Atendendo a uma sugestão do Senador Edison Lobão, que é o seu Vice-Presidente, a Comissão de Obras Inacabadas visitou o Presidente José Sarney, no Gabinete da Presidência do Senado Federal - registre-se a atenção especial que S. Ex^a tem dado ao trabalho da Comissão de Obras Inacabadas -, propugnando por algumas teses que, embora pareçam óbvias, são extremamente importantes na consolidação de uma nova metodologia de tratamento do Orçamento Geral da União.

Propõe a Comissão - e quero relembrar isso ao Plenário - que, em primeiro lugar, as Bancadas dos Estados, representadas no Congresso Nacional pelos Srs. Deputados Federais e pelos Srs. Senadores, abram mão de suas eventuais emendas individuais, embora regimentalmente previstas, para dar prioridade às emendas coletivas.

Sugere, em segundo lugar, que o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovado pelo próprio Congresso Nacional, não totalmente respeitado na elaboração do Orçamento por parte do Executivo,

seja ao menos acatado pelo próprio Congresso, que o escreveu.

O que diz o texto da LDO? Que o Orçamento Geral da União de 1996 deve priorizar a conclusão de obras inacabadas antes de alocar recursos para novas obras.

Ora, no relatório preliminar apresentado à Comissão Mista de Orçamento, ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Iberê Ferreira, que é o Relator, constam apenas 81 obras que se circunscrevem às 18 Unidades da Federação visitadas pela Comissão Especial. Essas, que acrescidas daquelas dos Estados não visitados não devem ultrapassar o número de 120 obras, são, entre as 3 mil, as que primeiro trazem maior prejuízo com sua paralisação e são as que respondem mais rapidamente às expectativas das populações dos Estados.

Essa prioridade, Sr. Presidente, não foi feita apenas pelo sentimento, pelo **feeling** de cada um dos representantes da Comissão de Obras Inacabadas. Ao contrário, na visita que fizemos aos Estados conversamos com os Governadores, conversamos com as Bancadas parlamentares de cada um desses Estados, ouvimos os Ministros de cada uma das áreas e o Tribunal de Contas da União analisou obra por obra e verificou as condições especiais de cada uma. E chegamos à conclusão de que, concluídas, essas obras prioritárias listadas no relatório preliminar, juntas, dependem de recursos da ordem de R\$2 bilhões - aproximadamente 23% apenas do montante reservado no ano de 96 para investimentos da União.

Resolvido isso, concluídas essas obras estaríamos dando um grande passo numa direção desejada pelo Congresso Nacional e pela sociedade brasileira. Em primeiro lugar - e talvez seja esse o aspecto mais importante - incentivaríamos uma mudança cultural, a de que este País, o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais não devem iniciar novas obras enquanto existirem em suas áreas obras inconclusas. Em segundo lugar, acabaríamos com essa cultura no País de que um determinado Governo vence uma eleição, assume seu mandato e pára obras no seus Estados, simplesmente pela razão de que essas obras vinham de Governos anteriores. Em terceiro lugar, diminuiríamos o desperdício.

Sr. Presidente, há casos incríveis de multas contratuais pela paralisação que se somam às despesas, previstas no contrato, mas terríveis para o Erário, de manutenção de canteiro, de desativação de maquinário, de reativação de canteiro quando essas obras são reiniciadas e de dilapidação de partes de obras já executadas; tudo isso somado fez com

que determinadas obras tivessem consumido mais recursos públicos para ficarem paradas do que aqueles necessários para serem concluídas. Há algumas cujos equipamentos estão comprados, depositados em portos de países europeus, para o que o Governo brasileiro paga altíssima taxas de depósito, sem que esses equipamentos venham ao País por falta, muitas vezes, de valores agregados muito menores do que aqueles previstos nos contratos.

Com tudo isso, chega-se a uma conclusão: efetivamente, a obra pública mais cara que existe é a obra paralisada. A Comissão de Obras Inacabadas já cumpriu uma parte do seu trabalho, que é mostrar claramente à opinião pública onde estão os problemas das obras inacabadas, por que cada uma delas está parada e a necessidade de conclusão de uma grande parte delas. Mas penso que ela estaria cumprindo um objetivo maior, que é dar ao País um contribuição objetiva no sentido de que todas essas obras, sem exceção, possam ser concluídas no ano de 96.

Mais do que isso: essa Comissão foi formada inicialmente por sete Senadores e sete suplentes, mas na verdade trabalhou com esses quatorze Senadores como se fossem todos titulares; recebeu uma contribuição inestimável de outros Senadores que não faziam parte da Comissão; visitou 19 Unidades da Federação; acompanhou pessoalmente várias obras; fez uma análise contundente dos números disponíveis; tem hoje um relatório detalhado da situação de obras inacabadas no Brasil; recebeu uma auditoria importante do Tribunal de Contas da União. Não se pode admitir que esse trabalho receba o rumo das gavetas e das prateleiras desta Casa.

É preciso, efetivamente - e aqui faço o meu primeiro apelo - que a Comissão Mista de Orçamento leve em conta o esforço que fizemos de concluir esse relatório preliminar antes do relatório definitivo, que deverá ficar pronto em novembro. Por que o relatório preliminar? Justamente para permitir que a Comissão Mista de Orçamento tenha elementos mínimos a considerar já nas modificações que esta Casa vai propor ao Orçamento de 96. É necessário que o Congresso Nacional leve em consideração, eu repito, esse mapa detalhado do que foi visto no País e possa contribuir, efetivamente, ele próprio, o Congresso Nacional, para a conclusão dessas obras que, em cada uma das Unidades da Federação onde estão localizadas, são efetivamente importantes para a sociedade a que devem servir. Esse é o primeiro apelo que faço neste dia.

Mas há um segundo, Sr. Presidente, extremamente importante na minha concepção pessoal, que é o seguinte: o Congresso Nacional viveu problemas seríssimos, em função da sua responsabilidade de modificar e de aprovar o Orçamento Geral da União em exercícios anteriores. As emendas individuais, ainda que previstas regimentalmente, na verdade - e isso é o exemplo histórico -, têm dado chance a uma enorme dispersão dos recursos públicos, a uma violenta pulverização desses recursos - ou por razões políticas, que não são as razões maiores da sociedade, ou ainda, o que é pior, por razões inomináveis, que foram claramente demonstradas à sociedade na CPI do Orçamento.

Essas emendas individuais, repito, muitas vezes sem o critério individual de uma análise mais global do interesse de cada uma das Unidades da Federação ou de cada um dos setores de responsabilidade do Governo Federal, têm contribuído enormemente para o desperdício de recursos públicos.

Determinado parlamentar faz vinte, trinta emendas individuais para agradar determinados setores do seu eleitorado; cada uma dessas emendas individuais acaba tendo uma quantidade de recursos muito pequena que não daria para fazer nenhuma das vinte ou trinta obras colocadas; muitas delas são irresponsavelmente iniciadas e obviamente não são concluídas; os responsáveis pela gestão do Orçamento acabam não liberando esse dinheiro e, na verdade, o Orçamento Geral da União fica uma grande colcha de retalhos, sem ter prioridades nele próprio definidas - como, aliás, prevê a LDO.

A segunda tese que levanto aqui, Sr. Presidente, é que reflitam todos os Parlamentares sobre os problemas que esta Casa viveu nos anos anteriores e pensem, quem sabe, em abrir mão de suas emendas individuais em favor de emendas coletivas das Bancadas, que, por serem coletivas, já passam por negociação política suprapartidária - porque é exigida uma quantidade de assinaturas e apelos bastante significativos no seio de cada bancada -, o que leva a que a definição de prioridades passe por uma discussão política realmente importante, analise o resultado dos trabalhos da Comissão de Obras Inacabadas. E aí, quem sabe, poderíamos ter um exemplo de maturidade política do Congresso Nacional no instante em que substituíssemos todas as emendas individuais por emendas de bancada, que priorizassem a conclusão de obras inacabadas e, eventualmente, outras atividades de Governo, mas como resultado de discussão madura e decisão majoritária

de cada bancada representada neste Congresso Nacional.

No caso específico do Distrito Federal, de cuja Bancada faço parte, já demos um passo nessa direção. Nas emendas ao PPA, cujo prazo venceu na última quarta-feira, Sr. Presidente, os oito Deputados Federais e os três Senadores da Bancada do Distrito Federal não apresentaram nenhuma emenda individual. Apresentamos apenas cinco emendas coletivas de interesse da Capital do País e da região do Entorno, e demos, com isso, uma demonstração clara de que estamos na linha, na direção da idéia básica de não pulverizar recursos públicos, ao contrário, de concentrá-los em atividades que nos parecem prioritárias para a região que representamos no Congresso Nacional.

É para fazer estes dois apelos - o primeiro deles dirigida à Comissão Mista de Orçamento e o segundo dirigido a uma reflexão dos Deputados Federais e Senadores - que neste momento ocupo a tribuna, Sr. Presidente, porque penso que seguindo essa linha, essa direção o Congresso Nacional poderá ter um momento de afirmação política ao mexer no Orçamento, ao modificar a proposta orçamentária vinda do Executivo, mas não com objetivos políticos, que, ainda que justos, são particulares, ainda que defensáveis, não representam o pensamento majoritário da sociedade brasileira.

De outra forma, o Congresso Nacional modificaria esse Orçamento tendo em vista uma base razoável de argumentos, estaria chancelando um trabalho extremamente sério e responsável feito pela Comissão de Obras Inacabadas e, mais do que isso, estaria inaugurando um período de maior responsabilidade no que respeita à apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União. E, por último, estaria evitando que pelos corredores do Congresso Nacional circulassem interesses nem sempre defensáveis nas modificações propostas ao Orçamento Geral da União.

Gostaria também de pedir licença ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores para, concluída essa reflexão acerca dos assuntos do Orçamento Geral da União e da Comissão de Obras Inacabadas, fazer um registro aqui de importância particular para o Distrito Federal.

Ontem foram comemorados os trinta e cinco anos de fundação de uma das cidades mais importantes que compõem o contexto do Distrito Federal, que é a cidade do Gama, que V. Ex^a, inclusive, conhece tão bem.

O Gama é, hoje, uma cidade de 200 mil habitantes, que foi fundado no ano da fundação de Brasília, em 1960, para exatamente que ali fossem morar pioneiros, homens que vieram de todas as regiões do País para participar do esforço da construção de Brasília. A maioria dos quais, inclusive, quando da fundação do Gama, operários que trabalharam na construção da barragem do Paranoá.

Hoje, mais do que ser uma cidade de 200 mil habitantes, o Gama, que dista 38 quilômetros do Plano Piloto, tem vocações econômicas muito próprias, muito bem definidas. E há um esforço grande da sociedade do Gama, dos setores representativos da cidade, e de todos nós que gostamos de Brasília e queremos preservá-la na sua concepção de Capital, para que o Gama - juntamente com Santa Maria - tenha incentivadas as vocações econômicas próprias da microrregião, de tal maneira que de cidade-dormitório que foi durante 20, 30 anos, ela possa ser, ao contrário, um vetor de desenvolvimento da região Centro-Oeste.

O Gama está muito próximo da divisa do Distrito Federal com Goiás e representa um centro econômico importante no desenvolvimento de pequenas cidades que cresceram na divisa de Brasília. Penso que algumas atitudes do Governo Federal e do Governo local, levadas a efeito com harmonia, poderiam, efetivamente, fazer que o Gama experimentasse um período de desenvolvimento e de geração de empregos.

Um ponto fundamental - e que é consenso na região do Gama - é a criação do Porto Seco. Ainda ontem, participando das comemorações do aniversário do Gama, visitamos a região de 100 mil metros quadrados reservada para o Porto Seco do Distrito Federal.

Hoje, na verdade, Sr. Presidente, embora tenhamos uma ferrovia absolutamente concluída ligando Brasília ao porto de Vitória - e digo sempre que se não a tivéssemos, talvez fizessemos todos um grande movimento para construí-la, para que o desenvolvimento do Centro-Oeste tivesse condições efetivas de se auto-sustentar -, esquecemo-nos de usá-la. Existe apenas um trem de carga trafegando por essa ferrovia, por semana, e toda a produção de grãos, principalmente a grande produção de soja de toda a região do cerrado tem sido transportada para o porto de Vitória por caminhões, por essas estradas que, por isso mesmo, são esburacadas.

O que desejamos, com a idéia do Porto Seco, é que a produção de soja e outras produções agregadas, principalmente as resultantes da vocação na-

tural da agroindústria do Centro-Oeste brasileiro, sejam trazidas a Brasília, para aquela região do Gama, sejam alfandegadas aqui, gerando, portanto, impostos, empregos na região, e, através de contêineres, sejam transportadas, por via férrea, em uma estrada de ferro que já existe e está funcionando, para o porto de Vitória.

Não somente diminuir-se-á, com isso, o preço agregado desses produtos de exportação, porque o transporte ferroviário é muito mais barato, muito mais econômico do que o transporte rodoviário, como também ajudar-se-á a preservação das rodovias brasileiras e, mais importante do que isso, possibilitar-se-á que a região do Gama e de Santa Maria tenham uma vocação econômica própria, porque o exemplo brasileiro é de que onde nasce uma estação alfandegária de interior ou um porto seco nascem, também, atividades econômicas secundárias agregadas - e, principalmente, no nosso caso, a agroindústria e a indústria de transformação de bens produzidos aqui no cerrado.

Estou convencido, Sr. Presidente, de duas teses básicas, que são a minha contribuição objetiva à celebração dos 35 anos do Gama.

A primeira delas é que o Centro-Oeste brasileiro, efetivamente, tem o seu lugar no novo modelo de desenvolvimento nacional. Não é possível que, estabilizada a economia, reformada a Constituição para que essa estabilidade econômica tenha permanência, nós, brasileiros, vivamos um novo período de crescimento econômico mas cometamos o mesmo erro de modelos anteriores, ou seja, concentradores de renda nas regiões mais ricas e mais desenvolvidas. Penso que a nossa geração tem a responsabilidade de inverter esse processo e de fazer com que haja variáveis claras de apoio à desconcentração do novo modelo de desenvolvimento.

O Centro-Oeste brasileiro tem um solo fértil, tem água abundante, tem baixa densidade demográfica, tem estradas prontas, tem energia elétrica disponível - quer a energia já transformada nas usinas construídas ou em construção, ou a energia potencial, através das imensas quedas d'água de toda esta região do planalto brasileiro - enfim, o Centro-Oeste brasileiro tem um clima fantástico - não há nenhum acidente climático importante, aqui se tem exatamente a dimensão de quando chove e quando é seca -, e quando falo em Centro-Oeste brasileiro, na verdade refiro-me ao conceito ampliado do Oeste brasileiro, envolvendo os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, o noroeste de Minas e também Acre e Rondô-

nia, inseridos num contexto de desenvolvimento, que só vai dar certo se for um desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, na última semana, o Ministro do Planejamento, José Serra, presidiu uma reunião extremamente importante, que envolveu vários governadores dessa região, todos os Secretários de Planejamento desses sete Estados, na busca de integração dos seus modelos de desenvolvimento e de ações prioritárias que podem merecer a locação de recursos internacionais com o aval e com a contrapartida do Governo Federal, de tal sorte que o Centro-Oeste brasileiro tenha as condições básicas de desenvolvimento.

Em conclusão, Sr. Presidente, com o desenvolvimento do Centro-Oeste, que é bom para o Brasil, haverá a promoção de um modelo de desenvolvimento mais racional, mais integrado, resgatando inclusive os ideais de Juscelino Kubitschek de interiorização do País. E se o desenvolvimento do Centro-Oeste é bom para o Brasil, ele é fundamental para a capital do País. Não há qualquer solução urbana que favoreça a preservação de Brasília na sua concepção original de cidade capital, em face das grandes pressões exercidas sobre Brasília pelas regiões muito pobres que a cercam. Para se ter uma idéia, 61% dos pacientes atendidos nos hospitais de Brasília vêm de outras regiões, vêm de fora do Distrito Federal.

Ou partimos para o modelo de desenvolvimento desconcentrador, que priorize a geração de empregos e os investimentos em infra-estrutura na região do Entorno do Distrito Federal e na Região Centro-Oeste, ou, ao contrário, investindo mais dentro de Brasília, estaremos paradoxalmente dilapidando a nossa qualidade de vida, porque as correntes migratórias e as pressões exercidas sobre os nossos equipamentos públicos efetivamente são insustentáveis.

Recentemente, por decisão pessoal do Presidente José Sarney, foi lançado no Congresso Nacional um livro de memórias do Professor Lúcio Costa da maior importância. Tive o prazer, inclusive, de entregar um volume ao Presidente. O Professor Lúcio Costa, lúcido nos seus 93 anos, que desenvolveu o projeto urbanístico da nova capital do País, dando tanto orgulho aos brasileiros nos anos 50, ele próprio nos chama a esta reflexão: Brasília precisa ser preservada na sua concepção de capital para que não tenha o mesmo risco de grandes cidades como Rio e São Paulo, que tinham, há 30 anos, uma belíssima qualidade de vida e depois viram caotizados os seus centros urbanos em função das correntes mi-

gratórias, da favelização, enfim, da criação das megalópoles, que trazem muito mais desvantagens do que vantagens. Brasília, para ser preservada, precisa urgentemente partir para o apoio desse modelo de desenvolvimento regional do Centro-Oeste brasileiro.

Sr. Presidente, o Gama comemorou ontem 35 anos e tem todas as condições para se desenvolver com Taguatinga e Ceilândia. Nessas três cidades vivem mais de um milhão de habitantes a uma distância média de 40Km do Plano Piloto. Essas cidades têm vocações próprias, claras, bem definidas, que, se incentivadas, ao invés de serem cidades-dormitório, voltadas para a atividade econômica terciária do Plano Piloto - aqui só há emprego no comércio e no Serviço Público -, podem ter atividades primárias produtivas voltadas para o desenvolvimento do Entorno e do Centro-Oeste brasileiro.

Finalmente, Sr. Presidente, quero registrar o meu apoio incondicional à frente parlamentar criada na semana passada que teve V. Ex^a como Presidente de Honra. Trata-se da Frente Ferroviária, que, tendo nascido com um slogan muito interessante: "O Brasil trem jeito", defende investimentos cada vez maiores nas ferrovias brasileiras, tanto urbanas quanto interurbanas, em detrimento da tese vencedora no Brasil, há mais de 40 anos, de investimentos em rodovias.

Está na hora de o Brasil efetivamente pensar, de forma mais concreta e objetiva, que o transporte coletivo de passageiros e carga, em um país como o nosso, com as suas condições geopolíticas, tem de sedimentar-se, realmente, em investimentos ferroviários. Isso tem exemplo em vários países do mundo.

Em algumas regiões do Brasil, esses investimentos em construção de estradas de ferro, quer interestaduais, quer urbanas, têm dado um grande resultado no direcionamento do modelo de desenvolvimento da cidade ou das regiões a que servem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Quero esclarecer a V. Ex^a que a Mesa determinou a publicação do relatório preliminar da Comissão de Obras Inacabadas, que já se encontra no **Diário do Congresso Nacional** de hoje, justamente para divulgar esse documento, que consideramos tão importante, e o trabalho tão meritório desenvolvido pela Comissão.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero fazer o re-

gistro da audiência que teremos, às 16h30min, com o Presidente da República, onde serão recebidos o Bispo Dom Moacyr Grechi; o Padre Paolino Baldassari; o Frei Heitor Turini; o Prefeito do Município de Sena Madureira, Sr. Agnaldo Chaves; e o Prefeito de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, Sr. Jorge Viana.

Nessa audiência, iremos tratar da situação irregular da madeira, que por si só já traz uma ligação com a desorganização e desestruturação da economia do Estado do Acre e da Amazônia como um todo. Para que os Estados da Amazônia deixem de ser dependentes dos repasses do Governo Federal, deveria haver uma política de desenvolvimento adequada, que respondesse às verdadeiras vocações dessa região, em termos de produção, no sentido da utilização dos seus recursos naturais da forma correta, gerando empregos e riqueza para a maioria da população.

Sr. Presidente, no meu Estado, onde fica a última reserva de mogno do planeta, está havendo uma ação criminosa de madeireiros inescrupulosos que já saíram do Estado do Pará, porque também já fizeram a sua política de terra arrasada nessa região. Estão agora no Estado do Acre, mais precisamente no Município de Sena Madureira, no Alto Rio Iaco, onde estão cometendo verdadeiras atrocidades. Além da violência cometida contra seringueiros, índios e posseiros e da violência ambiental e crimes que praticam na destruição da floresta, são pessoas que, no lugar do coração, com certeza têm uma pedra.

Diante de tanta violência, observo a figura do Padre Paolino, com 70 anos de idade, dos quais 40 nas matas da Amazônia, no Município de Sena Madureira, levando auxílio tanto espiritual quanto material, porque em muitos momentos as instituições do Estado não funcionam. Ele é o médico, o provedor daquilo que o Estado deveria oferecer para as suas populações. Alguém tem a coragem de reunir homens de dinheiro e poder e de decidir que iriam eliminar a vida de uma pessoa como essa.

Daqui a pouco, ele estará sendo recebido, juntamente com a comitiva, pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, a quem agradeço pela acolhida à nossa luta. Teremos também nessa audiência a participação do ilustre Senador Nabor Júnior. Isso é algo que devemos fazer em benefício da própria valorização dos sentimentos da pessoa humana. No dia em que admitirmos que se elimine deliberadamente a vida de pessoas pelas causas que defendem, por aquilo em que acreditam, estaremos dando um passo à frente, infelizmente, naquilo que se chama barbárie humana.

Registro que, no Estado do Acre, em uma operação que durou apenas quatro horas, a Polícia Federal apreendeu e guardou em depósito clandestino 15 mil toras de mogno, suficientes para carregar 100 caminhões. Imagine, Sr. Presidente, que um metro cúbico de mogno custa R\$500. Uma árvore tem de cinco a oito metros cúbicos de madeira. Isso, lá fora, é uma fortuna incalculável. É por isso que Padre Paolino empatou a saída de 11 mil metros cúbicos e em seguida de 24 mil metros cúbicos. Agora, em operação que tem seu nome, Operação Baldassari, o IBAMA descobriu mais essas 15 mil toras de mogno. Isso provoca ódio profundo por parte desses aproveitadores dos recursos naturais da Amazônia, que, de forma inescrupulosa, pretendem lucros fáceis; para isso, são capazes de tudo, até mesmo de eliminar vidas.

Vamos levar ao Presidente, além dos problemas de violência, da ausência de política de desenvolvimento, algumas alternativas muito simples, muito concretas, que, se forem adotadas, se forem transformadas em políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, com certeza, promoverão a diminuição desse quadro de atrocidades que acontecem em nossa região.

O Sr. Nabor Júnior - Permite-me V. Exª um aparte?

A SRª MARINA SILVA - Pois não, nobre Senador.

O Sr. Nabor Júnior - Senadora Marina Silva, associe-me a V. Exª e registro a presença, na capital da República e no momento, aqui, na tribuna de honra do Senado Federal, de tão importantes personalidades de nosso Estado. É o caso do Bispo Dom Moacyr Grechi; do Padre Paolino Baldassari, de Sena Madureira; do Frei Heitor Turrini; dos Prefeitos de Rio Branco, Jorge Viana, e de Sena Madureira, Agnaldo Chaves, que logo mais terão duas audiências: com o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que, no momento, preside esta sessão, e às 16h30min com o Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso. Espero que a vinda de tão expressiva delegação a Brasília suscite providências por parte das autoridades federais no que tange a uma política de contenção desse verdadeiro crime, que é o desmatamento indiscriminado de madeiras nobres da nossa região, mais precisamente em Sena Madureira. Temos, nesta Casa, acompanhado depoimentos do Padre Paolino, de Dom Moacyr, de V. Exª e de outras pessoas sobre o que acontece no Município de Sena Madureira: os madeireiros extraem madeira descontroladamente,

com a complacência, a falta de fiscalização do IBAMA, contribuindo para o empobrecimento da região e subtraindo as condições de sobrevivência dos nossos seringueiros. Sabemos que o principal esteio da economia regional - a extração da borracha e da castanha - está em decadência. A madeira representa, portanto, maneira de o trabalhador rural agregar para si maior renda. Os madeireiros, todavia, extrapolam as licenças para extrair pequenas quantidades e seguem extraindo milhares e milhares de metros cúbicos de mogno, madeira nobre, de alta cotação no mercado nacional e internacional. Fica evidente, assim, a necessidade de conter-se essa corrida indiscriminada, a abusiva extração de madeira nobre na Amazônia, particularmente no Estado do Acre. Parabéns V. Exª por esse pronunciamento e associe-me à campanha, que pretende valorizar nossa região, com destaque para a zona rural e, especificamente, o Município de Sena Madureira.

A SRª MARINA SILVA - Agradeço a V. Exª pelo aparte. Registro, Senador Nabor Júnior, que, logo que tomamos conhecimento das ameaças sofridas pelos Padres Paolino Baldassari e Heitor Turrini, encaminhamos ao Ministro da Justiça um pedido de providências. Na oportunidade, S. Exª se prontificou em nos dar todo o apoio, no que for possível, da Polícia Federal.

Como eu dizia anteriormente, as sugestões que levaremos ao Presidente são muito simples. Hoje os seringueiros vendem uma tora de mogno por R\$10 ou R\$20 para madeireiros inescrupulosos, que as revendem por R\$500 ou R\$800. Os madeireiros o fazem não porque não tenham amor pela floresta, não porque não saibam o que está acontecendo, não porque desconheçam o fato de que daqui a alguns dias não terão perspectiva de vida, mas sim por ser essa a única forma que têm para sobreviver pelo menos por mais um mês, mais um ano, porque não há hoje política de preços da borracha. Se lhes for dada alternativa, não farão isso, porque sabem a importância da mata para sua sobrevivência.

É preciso estabelecer uma política de preços para a borracha e a garantia de compra do produto, porque muitas vezes o Governo Federal estipula o preço mínimo, mas não garante a compra do estoque que é produzido. Vamos levar essa sugestão ao Presidente da República, além da proposta de que deve haver uma parada na extração do mogno. Vamos sugerir ainda que se realize um debate com as autoridades do Governo Federal, entidades não-governamentais, com a participação dos segmentos da Igreja que acompanham essa luta, com as entidades

ligadas ao movimento sindical, para que apresentem uma proposta de como se fazer a exploração correta da nossa madeira, o ouro vegetal da Amazônia. Todavia, deve haver critérios, deve haver manejo, deve haver política de beneficiamento dessa madeira da região. Para isso, precisaremos de recursos e tecnologia. Não se pode deixar esse volume de recursos ir embora do Brasil. Lá fora uma só peça de madeira pode custar R\$3 mil. Esse é o preço de uma cama de mogno, cama de solteiro, conforme tivemos a oportunidade de ver. Enquanto isso, o seringueiro vende uma tora de mogno, que dá para fazer "n" camas, por apenas R\$20,00 ou R\$30,00. O Brasil não pode permitir esse saque nas suas riquezas.

Pretendemos sugerir ainda ao Presidente que dê atenção ao que chamamos hoje de implantação dos sistemas agroflorestais - um consórcio de várias culturas perenes -, porque não podemos continuar apenas com o extrativismo da castanha, da borracha ou da madeira. Queremos incluir novas culturas: pupunha, cupuaçu, acerola, açaí, que são alternativas viáveis, desde que se lhes institua algum tipo de beneficiamento.

Já temos a experiência, com sucesso, do Projeto RECA e do Pólo Agroflorestal, que está sendo implantado pelo Prefeito Jorge Viana - a Dr^a Ruth Cardoso teve a oportunidade de conhecer essa experiência. Estamos tentando levar essa proposta de reforma agrária para o Presidente do INCRA, Sr. Francisco Graziano, para que tome conhecimento do que deveria ser uma reforma agrária adequada para a Amazônia. Não devemos copiar outros modelos, porque certamente na Amazônia irão fracassar.

O que pretendemos com essa audiência? Situar os problemas graves que estamos enfrentando, problemas estruturais e problemas de violência, mas também levar ao conhecimento do Presidente que o povo tem capacidade para criar soluções. O Brasil hoje precisa de respostas, e a Amazônia tem boa parte dessas respostas.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Marina Silva?

A SR^a MARINA SILVA - Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda - Início pedindo desculpas por ter-lhe cortado o raciocínio, mas eu não queria que V. Ex^a terminasse o seu pronunciamento sem que eu pudesse cumprimentar o Padre Paolino, Dom Moacyr e os Srs. Prefeitos que aqui estão. O Congresso Nacional, embora numa sexta-feira espremida entre um feriado e um final de semana, embora estejamos sem pauta deliberativa, rece-

be esse tema num momento extremamente importante. Todos que somos responsáveis pelo País, quer no Executivo, quer no Legislativo, devemos preocupar-nos, em relação à Região Amazônica, com o desenvolvimento desestruturado, desumano às vezes e sem sustentação que lá ocorre, não apenas quando notícias, vindas do exterior, dão conta das imensas barbaridades que ocorrem aqui tão próximo a nós. A vinda do Padre Paulino e de Dom Moacyr, o alerta que V. Ex^a e o nobre Senador Nabor Júnior fazem neste Congresso e, principalmente, o fato de que o Presidente do Congresso Nacional e o Presidente da República vão, no mesmo dia, receber em audiência esses brasileiros, que, afinal de contas, estão aí lutando não só por mais humanidade na ocupação da nossa Amazônia, mas principalmente buscando um modelo de desenvolvimento que seja equilibrado, que seja racional, que seja auto-sustentável e que principalmente leve em consideração o ser humano como elemento mais importante de qualquer processo de desenvolvimento. Que a estada em Brasília desses brasileiros sirva para alertar toda a sociedade brasileira, a opinião pública em geral, que nós temos condições e podemos inverter a direção, que realmente nos envergonha, desse processo de desenvolvimento sem sustentação econômica e desequilibrado. Afinal de contas, todos nós, quando passamos na adolescência pelos livros de História, ficamos envergonhados com o ouro que era levado de Ouro Preto, com o ouro que era tirado de Minas Gerais e levado para enfeitar as belíssimas igrejas da Europa no período da Colonização. Hoje, parece que não nos damos conta de que uma apropriação ainda mais indébita, ainda mais desumana é feita em pleno século XX, no seio de uma das regiões que, além de ser das mais bonitas do planeta, é uma das poucas que ainda podem responder por um desenvolvimento equilibrado, com a manutenção do seu ecossistema. Penso que a presença desse tema na Capital do nosso País, no dia de hoje, deve merecer - e vai merecer, com certeza - a atenção dos setores organizados da sociedade, da opinião pública, da imprensa, do Congresso Nacional, do Governo Federal, até porque só este tem elementos concretos para intervir na região Amazônica - e eu falo em intervenção no sentido etimológico da palavra, uma intervenção pró-ativa, favorável, em benefício do homem e em benefício, principalmente, de um modelo de desenvolvimento que seja mais racional, mais equilibrado, que deixe de envergonhar a todos nós, brasileiros.

A SR^a MARINA SILVA - Agradeço seu aparte e faço questão de registrar que V. Ex^a tem sido um

Senador muito atuante, preocupando-se principalmente com o desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste.

Inclusive, quero registrar para a comitiva que irá tratar com o Presidente do Congresso e com o Presidente da República de tão importante tema para o nosso País que a quantidade de pessoas que está aqui é superada pela sua qualidade.

Temos, aqui, a presença do Senador Cafeteira, do Maranhão, que também está ligado à problemática da Amazônia; do Senador Nabor Júnior, que há mais de 30 anos é um político preocupado com as questões de seu Estado; de V. Ex^a, Senador José Roberto Arruda, cujas preocupações com relação a essa questão do desenvolvimento eu acabei de elencar; do Senador Ademir Andrade, do Pará, que corajosamente enfrenta esses criminosos do meio-ambiente e dos direitos humanos no seu Estado, luta que todos nós conhecemos e respeitamos. Além do mais, esta sessão, ainda que não deliberativa, é presidida pelo Presidente José Sarney, que tem a oportunidade de ser Senador por um dos Estados mais bonitos da Amazônia. Talvez seja com uma pequena pítada de inveja, mas eu tenho que dizer isso: o Amapá é o Estado mais bonito da Amazônia. Eles têm a oportunidade de ter aquele paraíso, aquele santuário. Quando visitei o Amapá pela primeira vez, eu disse: "Olha o Capiberibe! Pela primeira vez estou sendo acometida de um sentimento inferior, que não se pode nem declinar, que é a inveja. Isso é mais bonito do que o Acre não sei quantas vezes". Mas o meu Acre tem uma alma que, embora não se expresse na sua forma, é belíssima, é fantástica; tem também um povo lutador, e é capaz de transformar em acreanos italianos que há 40 anos estão no meio daquela mata defendendo a vida, defendendo a esperança, que são o Pe. Paolino e o Pe. Heitor.

Esse tema que estamos abordando requer a solidariedade de todos nós e, acima de tudo, o empenho, para que essas propostas sejam viabilizadas. São coisas muito simples que podem ser feitas. Basta que comecemos a trabalhar no concreto, no detalhe, no cotidiano da vida das pessoas, que elas comecem a acontecer.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a MARINA SILVA - Pois não, Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Nobre Senadora Marina Silva, nós que participamos desta Legislatura tivemos a satisfação, tivemos a alegria, tivemos até certo ponto o deslumbramento de receber uma flor

da Região Amazônica, que é V. Ex^a, que chega aqui para dizer realmente o que o povo pensa, que chega preocupada com a sua região e com os problemas da Amazônia. Afinal de contas, a Região Amazônica tem sido sempre colocada como um santuário, intocável. Mas há determinados pontos que me preocupam às vezes, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas. Preocupa-me não porque os índios não precisam de terras; eles precisam; mas o caboclo também precisa. A minha preocupação é que, na Europa, no Primeiro Mundo, eles entendem nação em função da étnica e procuram dar às nossas nações indígenas uma condição de povos separados do Brasil. Tenho muito medo que um dia descesse, um dia tenebroso para a História do Brasil, surjam movimentos na Europa no sentido de ocupar até a Amazônia para defender esses povos e essa nações. Não tivemos a capacidade de ter uma certa divisão, de colocar a terra na mão do homem que trabalha, do nosso mestiço e do nosso índio. Isso é preocupante, principalmente quando se vê - V. Ex^a ainda há pouco falou na questão do mogno - o quanto essa gente ganha exatamente com essas leis que proíbem a exploração do mogno. Então, ficamos aqui segurando essas riquezas para o enriquecimento deles lá, enquanto que os povos que habitam a Amazônia passam a maior necessidade. É uma realidade. Quero registrar, com muita tristeza, que o Mercosul deu mais privilégios à Argentina, Uruguai e Paraguai do que aos Estados do Norte e do Nordeste. Hoje, os grandes beneficiados do Mercosul são os nossos parceiros alienígenas do sul, enquanto os nossos conterrâneos do Norte e do Nordeste estão parados, olhando. Lembro-me de uma frase muito célebre neste País: "Amazônia - integrar para não entregar". Fico pensando até quando as palavras serão apenas palavras e as frases serão apenas frases; até quando não teremos ações concretas para transformar essas frases em algo vivo, que traga uma certa tranquilidade para o povo da nossa região. Meus parabéns a V. Ex^a, que tem todas as condições de ser a porta-bandeira dessa nossa luta. No seu pelotão, inscreva-me como seu soldado.

A SR^a MARINA SILVA - Agradeço a V. Ex^a pelas palavras carinhosas dirigidas à minha pessoa. Fico muito feliz em saber que V. Ex^a se soma - claro, eu já sabia -, junto com todos nós, a esse batalhão em defesa dos interesses do nosso País, da sociedade como um todo e, particularmente, das pessoas que vivem e sobrevivem naquele pedaço de terra.

A melhor forma de evitarmos que outros países fiquem levantando teses e se intrometendo na nossa

soberania nacional é cuidarmos adequadamente daquilo que temos. Se desenvolvermos a Amazônia da forma correta estaremos, inclusive, dando uma lição ao Primeiro Mundo. Eles conseguiram o desenvolvimento e um benefício social a duras penas; mas, em compensação, tiveram também que destruir o seu meio ambiente. Por isso, ficam preocupados com aqueles países que ainda são uma possibilidade de vida no Planeta, e o Brasil, graças a Deus, é um deles. Só para se ter uma idéia, 30% dos reservatórios de água doce do mundo estão na Amazônia. É por isso que eles ficam preocupados com a nossa região, além de toda a biodiversidade, todo o ecossistema que temos, em que também estão interessados.

Para concluir o meu pronunciamento, quero agradecer a todos que me apartearam e que se colocaram à disposição para essa luta, e a presença dos Padres Paolino e Heitor, dos Prefeitos e do Bispo Dom Moacyr, que se constituem uma força, uma alavanca nessa luta em defesa da vida, do homem simples, de uma política social justa para a Amazônia. Considero que metade do que conseguimos como avanço deve-se à ação da Igreja e de religiosos progressistas, que entendem essa dimensão de compatibilizar-se o lado espiritual com o lado material, de viabilizar a vida dos homens.

Quero, nesta sexta-feira, concluir dizendo, mais uma vez, aquela frase que tanto gosto de repetir: "Nessa luta, somos todos anjos com uma só asa, e só conseguiremos voar quando estivermos abraçados". Existem muitos pontos que, às vezes, nos separam, mas também há muitos que nos unem, e é isso que mantém esse elo de ligação entre aqueles que, mesmo pensando diferente, são capazes de uma ação conjunta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, último orador inscrito.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao iniciar meu pronunciamento, quero me congratular com a Senadora Marina Silva e com os religiosos que a acompanham, desejando que tenham um grande sucesso na audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Creio, Sr. Presidente, que o Movimento dos Sem-Terra que acontece neste País e a chacina ocorrida em Rondônia acordaram, despertaram o Poder Executivo para o imenso caos em que vivemos. Não nos adianta ter a inflação contida e ser-

mos, segundo relatório do Banco Mundial, o primeiro país do mundo em nível de desigualdade e de injustiça social.

Um dos aspectos dessa injustiça, evidentemente, é a questão da distribuição e da propriedade da terra no Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra parece que faz o Governo acordar para essa realidade. O Brasil precisa da reforma agrária. Queremos demonstrar, neste plenário, a nossa solidariedade a esses trabalhadores e ao seu líder, conhecido como José Rainha, e dizer que é um erro muito grave da Justiça, do Executivo, de qualquer delegado, decretar a prisão preventiva desse rapaz. Temos de reconhecer que a luta deles é legítima, resultado da inação do Governo Federal, que não assume a sua própria responsabilidade, fazendo com que esses trabalhadores rurais tomem uma posição de cobrança, de avanço, de ocupar a terra, ocupar dependências públicas, como aconteceu agora, em Pontal de Paranapanema. Essas dependências públicas estavam sendo destruídas pelo tempo, completamente inservíveis para qualquer tipo de coisa, e esses trabalhadores ocuparam-nas para fazer a terra produzir, para ter um lar para suas famílias, para seus filhos, enfim, para todas as pessoas do Movimento que delas necessitam. O Governo tem de reconhecer as necessidades desse povo, compreendê-las e buscar dar solução a elas.

Sr. Presidente, digo tudo isso também para registrar um movimento que acontece no meu Estado, o Pará. Lá, também existe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O maior acampamento que temos já vem sendo constituído há mais de dois anos, tendo se iniciado com uma ocupação de terras em Parauapebas, das quais a Vale do Rio Doce se diz proprietária. A Vale do Rio Doce, que legalmente ocupa uma área de 400 mil hectares, cedida por este Congresso Nacional, especificamente pelo Senado da República, na verdade, hoje, ocupa um milhão, 170 mil hectares no Estado do Pará. Ou seja, expandiu as suas posses de 400 mil para um milhão, 170 mil hectares no meu Estado, guardando essas terras como de sua propriedade absoluta.

Agora, querem vender a Vale. Evidentemente, quem comprá-la - se isso chegar a acontecer - vai ser dono de um milhão, 170 mil hectares de terras, só no meu Estado do Pará.

A Vale expulsou os trabalhadores rurais dessas terras das quais se diz proprietária. Há dois anos, esses trabalhadores acamparam inicialmente em Parauapebas; posteriormente, foram para Mara-

bá, invadindo a sede do Incra, onde permaneceram por mais de seis meses acampados. Por meio de um acordo, de um entendimento, voltaram a Parauapebas, esperando na cidade o cumprimento de compromissos do Governo Federal. Esses compromissos não foram cumpridos e eles invadiram duas fazendas da família Lunardelli, que possui, na Amazônia, segundo dados do Incra, mais de um milhão e 500 mil hectares de terras, espalhados por todos os Estados da região. Eles invadiram essas duas fazendas, que estavam praticamente abandonadas já há quase seis meses, esperando que o Incra resolvesse os seus problemas.

Há cerca de 80 ou 90 dias, tivemos uma reunião, que durou seis horas, na sede do Incra, em Belém, com a participação do seu ex-Presidente, Sr. Bazílio, quando ficou acertado que S. S^a tomaria providências para que essas fazendas fossem desapropriadas, ou, então, negociaria com os seus proprietários para que os posseiros lá pudessem permanecer. Passaram-se três meses e o problema não foi resolvido.

Na segunda-feira, esses trabalhadores rurais, em número de aproximadamente duas mil famílias, desesperados e cansados, passando fome e necessidade, que prepararam a terra nessas duas fazendas e estavam no aguardo de sementes para plantar, decidiram sair em caravana, a pé, de Parauapebas a Belém - são cerca de 450 Km de distância. Esses trabalhadores e suas famílias, após andarem 33 Km a pé, cansados, esfomeados, revoltados com a situação, chegaram no Município de Curionópolis, onde fecharam a rodovia e prenderam o Vice-Prefeito daquele Município. Dessa forma, o atual Presidente do Incra, inclusive tomando a iniciativa de nos procurar, imediatamente solicitou que entrássemos em contato com esses trabalhadores sem terra, garantindo que resolveria o problema deles dentro de 30 dias. Isso aconteceu exatamente na quarta-feira passada, anteontem. Se eles liberassem a rodovia, se soltassem o Vice-Prefeito, o Incra garantiria uma alimentação, por trinta dias, para essas duas mil famílias de trabalhadores, através de cestas básicas de alimentos e que, durante esse período, S. Ex^a daria uma solução definitiva para a questão, desapropriando essas duas fazendas, ou comprando, através de negociação com proprietários rurais, outras áreas nas proximidades, para que eles lá pudessem permanecer.

Quero congratular-me com o Presidente do Incra, Dr. Francisco Graziano, esperando que o Presidente da República alerte para esses fatos e come-

ce a agir e a resolver essa questão, porque, na verdade, a culpa não é do Presidente do Incra. Não foi o Dr. Bazílio, ex-Presidente do Incra, o culpado por não se ter resolvido o problema desses sem-terra, porque sentimos nele boa vontade e empenho para resolver a questão. O que falta são recursos, é vontade política, é decisão política para se resolver o problema. Isso é da nossa responsabilidade - nós, Congressistas, o Poder Legislativo desta Nação - é de responsabilidade dos políticos maiores, do Poder Executivo e do Presidente da República. Não será uma decisão do Presidente do Incra que resolverá essa questão.

Portanto, espero que o Presidente da República atente para esse fato e dê, definitivamente, uma solução para o problema. Os trabalhadores, mais uma vez, confiaram na palavra do Presidente do INCRA, desobstruíram a estrada e ontem, durante todo o dia, estiveram negociando com o Coordenador Regional do Estado do Pará, Dr. Walter, e com o Presidente do Iterpa, Dr. Ronaldo Barata. Espero que S. Ex^{as} realmente cumpram o acordo feito com relação à questão da alimentação, e que, nesses 30 dias, resolvam definitivamente o problema dessas duas mil famílias que estão, há dois anos, esperando, acampadas, no Município de Parauapebas, no Estado do Pará.

Sr. Presidente, hoje à tarde, haverá uma reunião com o Presidente do Incra e o Presidente da Funai, onde tentaremos resolver um problema mais grave do que esse problema dos sem-terra de Parauapebas, que é o problema da disputa pela posse da terra que hoje existe entre os trabalhadores rurais do Município de Tucumã e de São Félix do Xingu e dos índios da tribo Bacajá-Kayapós.

Essa briga já existe também há muitos anos por falta de competência do Governo que não demarcou as terras indígenas, que, anteriormente, naquele município, estavam em torno de 250 mil hectares e que, através de decreto, foram expandidas para 1 milhão de hectares. Os trabalhadores rurais contestam essa expansão ou esse critério de definir a propriedade dos índios, já que a demarcação legal não havia sido feita. Quer dizer, o preceito constitucional elaborado nesta Casa - de que a terra dos índios fosse demarcada em todo este Brasil em cinco anos - não foi cumprido. E, por isso, gerou todo esse conflito. Ou seja, os trabalhadores tomaram conta das terras de pretensão dos índios; no dia 20 de setembro, esses índios ocuparam a colônia denominada Setor Sudoeste, onde estão mais de 3.000 famílias de trabalhadores rurais, prenderam esses traba-

lhadores, avançaram contra suas casas, tomaram seus pertences e os botaram para fora da terra praticamente à força.

Imediatamente contactamos a Funai, o Ministério da Justiça e o Incra. Conseguimos que fosse encaminhada uma Comissão naquele mesmo final de semana, quando estivemos em Macapá. Foi uma delegação, num avião da aeronáutica, à região, que constatou que de fato a terra pertencia aos índios; pediram aos colonos que tivessem calma, pois iriam resolver a questão e que conseguiriam outra terra para eles. Três dias após regressarem da região de São Félix do Xingu e Tucumã, os posseiros voltaram à área, de maneira organizada, armados e dispostos a qualquer confronto com os índios. Quer dizer, a incompetência e a irresponsabilidade do Governo Federal fazem com que hoje irmãos, trabalhadores rurais, pobres e humildes, confrontem-se, até à morte, com os índios da nossa Região.

É evidente que esses posseiros voltaram porque já estavam há quase dois anos, tinham trabalho nas suas terras e perderam praticamente tudo o que tinham com a sua expulsão pelos índios. Não acreditaram no Governo - como, de fato, têm toda razão em não acreditar. Como o Governo, com tamanha dificuldade que tem, vai conseguir terras para mais 2.000 famílias e ainda pagar pelas benfeitorias feitas naquela área?

É uma situação realmente extremamente complicada!

Entrei, imediatamente, em contato com o Dr. Márcio Santilli - que é um companheiro por quem temos a maior estima e confiança - solicitando-lhe que tentasse acalmar os índios e os funcionários, a fim de evitar que os índios voltem lá até que seja encontrada uma solução, porque, se isso ocorrer, o conflito será iminente e inevitável, provocando muitas mortes, e o Brasil será extremamente prejudicado com essa questão.

Parece que o Presidente da Funai conseguiu manter os índios e os funcionários daquele órgão à distância; e hoje à tarde, às 15h, estaremos reunidos para buscar uma solução para esse grave problema que temos no Estado do Pará.

A Srª Marina Silva - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ademir Andrade?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Ouço, com muita satisfação, a Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva - Gostaria de dizer, Senador Ademir Andrade, que, no que depender de mim estarei dando a minha colaboração para evitar que ocorra um encontro sangrento entre trabalhadores e

índios. Coloco-me à inteira disposição para, junto com V. Exª e o Dr. Márcio Santilli - e, concordo, é uma pessoa sensível, conhecedor da causa indígena, que tem uma responsabilidade muito grande, um companheiro nosso nessa luta e que, hoje, está numa função muito importante no que se refere à causa indígena -, colaborar naquilo que V. Exª achar ser importante.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Com certeza, Senadora Marina Silva.

Gostaria de poder contar não só com V. Exª, mas com todos que pudessem participar conosco dessa reunião, que será hoje, às 15h, na sede do Incra.

Será muito importante a sua participação, como uma pessoa extremamente envolvida com toda essa questão no nosso País.

De forma, Sr. Presidente, que, prestadas essas informações ao Senado da República, espero e torço para que o Presidente da República realmente compreenda essa situação do nosso País, que acorde para essa nossa grave realidade. Sua Excelência terá inteira solidariedade nossa, inteiro apoio nosso no momento em que não se deixar influenciar pelas pressões daqueles que desejam que os sem-terra sejam presos, sejam massacrados, daqueles que querem só para si, que só têm a usura como norma. Espero que Sua Excelência tenha a coragem de enfrentar, inclusive, os meios de comunicação, que fazem uma campanha a favor da lei, da ordem, da questão constitucional e esquecem de dizer que o Brasil, infelizmente, sendo esta grande Nação, esta maravilhosa, esplendorosa e rica Nação - potencialmente, talvez, uma das Nações mais ricas deste planeta - está enquadrada como a primeira Nação do mundo em nível de desigualdade social. Esse fato é exposto a todos nós pelo Banco Mundial, que é uma instituição extremamente conhecida e respeitada. É pena que a mídia nacional não divulgue isso para o nosso povo, e que fique pressionando e "chamando a atenção" para a lei e a ordem, que precisam prevalecer no nosso País.

O Presidente da República terá nossa inteira solidariedade se compreender esses fatos, se buscar tirar o País desta triste situação de primeiro lugar em desigualdade social. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Odacir Soares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, hoje, lembrar o já sabido. Repetir o óbvio. Porque o óbvio, no tumulto da vida quotidiana, corre o sério risco de passar a segundo ou terceiro plano. Ou ficar coberto por um manto de esquecimento.

Falo, Sr. Presidente, do exercício da cidadania. É o instrumento mais poderoso de que uma sociedade pode lançar mão para tornar-se mais justa e mais democrática.

Todos sabemos - mas peço permissão para repetir - que uma sociedade não é mais cidadã por ser mais poderosa. Ao contrário. É a prática de direitos e deveres que enriquece uma nação ao tornar o indivíduo mais solidário e o governo mais eficiente.

Sr. Presidente, lembro esse conceito tão importante na vida em sociedade para associá-lo às pessoas portadoras de deficiência. É um contingente considerável: 10% da população brasileira.

Traduzindo: 15 milhões de pessoas. Esse número representa meia Argentina. Os deficientes de nosso país poderiam povoar metade do território do país vizinho.

É em nome dessa população, Sr. Presidente, nobres Senadores, que trago a este plenário os termos de documento a mim encaminhado. Trata-se do "Subsídios para os planos de ação dos governos federal e estadual na área de atenção ao portador de deficiência".

O texto, elaborado pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, mais conhecida por Corde, propõe ações em quatro áreas: prevenção, reabilitação integral, equiparação de oportunidades e referência sobre legislação.

O documento tem as bases assentadas em quatro princípios. O primeiro reza que a pessoa portadora de deficiência e a família devem ser co-participantes do processo de reabilitação.

É fácil entender o porquê do postulado. O querer constitui a mola propulsora da superação da deficiência. A pessoa só se cura se quiser. A ação comum - da família e do portador da deficiência - é o principal ingrediente do processo. Sem ele, as ações serão, senão inúteis, quase inócuas.

O segundo princípio, Sr. Presidente, diz que a família do portador de deficiência deve também ser assistida. Só com orientação adequada, ela pode engajar-se adequadamente no processo de reabilitação.

O terceiro princípio estabelece que o atendimento à pessoa portadora de deficiência deve ser constantemente avaliado e aprimorado.

É lugar comum na medicina dizer-se que não há doenças, mas doentes. Por isso os métodos, remédios, processos e tecnologias precisam ser constantemente avaliados e, sempre que necessário, adaptados às peculiaridades de cada indivíduo.

O último princípio, Sr. Presidente, mas não menos importante, prega a participação efetiva das organizações de e para portadores de deficiência na formulação de políticas, planos e programas que tratem de questões de interesse desse grupo.

Só assim se conseguirá atingir as reais necessidades dessa comunidade tão especial e singular. E se poderá evitar ações inócuas ou delirantes que, por ignorância ou má-fé, retardam o processo de integração em vez de facilitá-lo e estimulá-lo.

Sr. Presidente, nobres Senadores, no âmbito legal, houve conquistas. A Constituição de 1988 abriga em seu texto dispositivos que asseguram direitos aos portadores de deficiências. Mas outras providências se fazem necessárias.

Dinamizar a implementação dos textos legais já regulamentados é uma delas. Instituir, em caráter obrigatório, conferências municipais, estaduais e nacionais sobre a integração desse grupo social é outra medida necessária.

Institucionalmente, há muito por fazer. Cito algumas recomendações apresentadas no documento do Corde. Uma delas é manter um órgão na esfera pública federal, preferencialmente vinculado à Presidência da República, destinado a coordenar, elaborar, implementar e monitorar as políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência.

Outras: manter a Secretaria de Educação Especial e o Departamento do Desporto no Ministério da Educação e do Desporto; e o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência no Ministério da Saúde.

Tratar desigualmente os desiguais é princípio universalmente conhecido. Impõe-se, Sr. Presidente, abrir portas para integrar plenamente o portador de deficiência à vida social. Criar no Ministério do Trabalho um núcleo para implementação de programas de formação profissional. Criar, no Ministério Público, um setor específico de defesa do portador de deficiência física. Criar um fundo específico para manutenção de ações relativas à assistência a esse segmento social.

O documento da Corde enumera ações relativas às esferas de prevenção, reabilitação integral, equiparação de oportunidades e legislação que, uma vez implementadas, darão a moldura necessária à

inadiável integração do portador de deficiência física à sociedade.

Peço, Sr. Presidente, licença para talvez abusar da paciência dos meus pares. Mas, considerando a relevância da proposta, enumero alguns pontos capazes de dar idéia concreta da abrangência das ações.

Na área da prevenção:

1. Regulamentação e implementação da Política Nacional de Prevenção das Deficiências de forma descentralizada e regionalizada.

2. Implementação de programas permanentes formativos e informativos que visem ao esclarecimento das causas das deficiências e as formas de preveni-las.

3. Realização de campanhas permanentes de vacinação e de esclarecimento à população sobre os riscos da automedicação e de acidentes domésticos.

4. Promoção de cursos com informações sobre as deficiências para profissionais de saúde que atuam em pronto atendimento, em salas de parto e nos diferentes serviços das unidades de saúde.

5. Desenvolvimento de programas nutricionais que visem a suprir as carências alimentares causadoras de grande número de deficiência, com ênfase especial para o aleitamento materno e a utilização de alimentos regionais de baixo custo.

6. Implantação e/ou melhoria dos serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e lixo (saneamento básico).

A saúde, a educação, o trabalho, o lazer e a família constituem aspectos importantes da reabilitação integral do portador de deficiência física.

Na área da saúde, algumas ações merecem destaque:

1. Instalação de rede regionalizada, descentralizada e hierarquizada de serviços de reabilitação, contemplando as ações de prevenção, diagnóstico, orientação, ações básicas e complexas de reabilitação, inclusive as de integração social, promovendo a inter-relação dos serviços existentes.

2. Garantia do atendimento ambulatorial e hospitalar especializado, abrangendo o fornecimento de órteses, próteses, bolsas de ostomia e materiais auxiliares, assegurando a implantação das Portarias 116, 120 e 122 de 1993 do Ministério da Saúde.

3. Garantia, nas tabelas do SUS, de pagamento do valor de mercado com vistas ao atendimento de qualidade em reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência.

4. Garantia, no âmbito comunitário, dos equipamentos básicos necessários à reabilitação da pessoa portadora de deficiência.

5. Concepção e implementação sistemática de programas básicos de treinamento e reciclagem de recursos humanos voltados para a reabilitação integral.

6. Criação, pelos Estados ou consórcios de Municípios, de serviços de reabilitação de referência regional dentro do princípio de regionalização e hierarquização das ações de atenção à pessoa portadora de deficiência.

7. Criação de mecanismos de acompanhamento, controle, supervisão e avaliação dos serviços de reabilitação, para garantir a qualidade do atendimento propiciando reabilitação interativa e global à pessoa portadora de deficiência.

Nas áreas de educação e trabalho, chamo a atenção para seis pontos:

1. Garantia da participação de representantes de órgãos e instituições de e para pessoa portadora de deficiência, na implementação da Política Nacional de Educação Especial.

2. Garantia do acesso da pessoa portadora de deficiência ao ensino pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus e profissionalizante no sistema regular e centros de educação especial, reconhecendo o princípio de igualdade de oportunidades educativas.

3. Destinação de um percentual mínimo de 5% do Orçamento da Educação, assegurado um aumento progressivo até atingir, pelo menos, a faixa de 10% até o final da década, para a Educação Especial.

4. Adequação arquitetônica dos prédios escolares em construção e dos já existentes, de forma a permitir e facilitar o acesso da pessoa portadora de deficiência.

5. Criação de condições, no sistema de educação, para aplicação do art. 76 da Lei 5.692, no sentido de antecipar a qualificação profissional do portador de deficiência que não tenha revelado aptidão para a continuidade da educação acadêmica.

6. Formulação e regulamentação de uma Política Nacional de Geração de Oportunidades de Trabalho e Renda e de Capacitação Profissional da Pessoa Portadora de Deficiência.

É importante também, Sr. Presidente, garantir o oferecimento de atividades esportivas, culturais, recreativas e de lazer sob a orientação de profissionais especializados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendi apresentar um pálido esboço do hercúleo esforço que deve ser empreendido para integrar o portador de deficiência à vida social.

Não sei se me estendi demasiadamente. Sei, isto sim, que a causa é justa e necessita do apoio

de todos, independente de ideologias ou interesses partidários.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL - MA) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a imprensa tem publicado e comentado o episódio das doações recebidas pelos políticos na última campanha eleitoral. O tema, pelo destaque dado, parece revelar um acontecimento novo, descoberto pela **Folha de S. Paulo**, merecedor de manchetes e de editoriais.

O fato, no entanto, só pôde ser "revelado", em termos jornalísticos, pela transparência com que se processou. Graças à legislação vigente, cada candidato presta contas à Justiça Eleitoral, nomeando nome por nome, quantia por quantia, quantos tiveram a generosidade de ajudar as campanhas dos candidatos que mereciam a sua confiança.

Qualquer pessoa do povo, e particularmente os jornalistas, têm condições de bater às portas da Justiça Eleitoral e indagar, e anotar, os bônus eleitorais vendidos pelos candidatos. Coube à **Folha de S. Paulo** o mérito de ser o primeiro jornal a fazê-lo, dando ampla publicidade a detalhes que estavam abertos à curiosidade da opinião pública.

Ora, seria ingenuidade dizer-se que se pode enfrentar uma corrida eleitoral sem amplos recursos, geralmente superiores à capacidade financeira dos candidatos. Todos conhecemos, por exemplo, os altos custos exigidos para se montar um programa nos horários ditos "gratuitos". Na verdade, nada se paga às emissoras, que, por lei, são obrigadas a ceder seus estúdios e maquinário. Contudo, a produção de um único programa muitas vezes esgotaria as disponibilidades de um candidato da classe média.

Ainda agora, na listagem publicada pelo jornal paulista, constata-se que inclusive candidatos comunistas bateram às portas de empreiteiras e dirigentes de Bancos para buscar a ajuda de que necessitaram para suas campanhas eleitorais. Tudo muito natural, a meu ver, pois não há candidato capaz de suportar sozinho, sem a colaboração financeira dos que podem oferecê-la, uma campanha mesmo nitidamente popular. A "revelação" jornalística não é novidade para nenhum de nós políticos...

Ressalte-se logo de início, portanto, que nenhuma restrição temos a fazer à aludida reportagem. Ao contrário, só merece cumprimentos pelo seu esforço de compilação e comparação.

Pessoalmente, localizei equívocos nos dados apresentados pelo jornal, já que me atribuiu ter recebido o dobro - e oxalá o tivesse recebido - do mon-

tante que realmente coletei junto aos que acreditaram na minha vocação de homem público, profunda e integralmente interessado em melhores dias para o nosso País e o povo brasileiro.

O objetivo deste meu pronunciamento, porém, não é criar polêmica sobre dados corretos ou incorretos oferecidos pelo jornal paulistano, o que é de somenos importância.

Creio que se torna oportuna, sim, a discussão em torno do financiamento de eleições, um problema praticamente já solucionado em todos os países do Primeiro Mundo.

Esta tem sido a preocupação de vários dos Srs. Senadores, através de muitas proposições já formalizadas nesta Casa.

A 26 do mês passado, juntamente com o Senador Pedro Simon, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 270/95, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.

O eminente Senador Pedro Simon e este orador que lhes fala debruçaram-se sobre o assunto e chegaram a conclusões que provavelmente serão igualmente as de V. Ex^{as}:

1ª - o problema dos financiamentos eleitorais não pode continuar como está, mesmo após ter sido amenizado com a legislação que tentou disciplinar o assunto;

2ª - algo há de ser feito para impedir o abuso do poder econômico nas eleições;

3ª - a atual Lei Orgânica dos Partidos Políticos, na qual se abriga a instituição do Fundo Partidário, já oferece o caminho claro, aberto, para o encontro das melhores soluções através de simples projeto de lei, sem necessidade de novas reformas constitucionais.

O nosso projeto, ora em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, buscou inspiração na legislação alemã, naturalmente adaptado à realidade brasileira.

Aceita o fato de que o Poder Público de nosso País, sozinho, não tem condições de financiar as campanhas eleitorais, e por isso o projeto admite a participação dos recursos privados até determinados limites. Dotações orçamentárias seriam reservadas para o custeio das campanhas à razão de cinco reais por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral em 31 de dezembro do ano anterior ao da realização das eleições, cuja receita será rateada pelos partidos políticos proporcionalmente ao tamanho da bancada de cada um deles na Câmara dos Deputados.

São vários os outros detalhes que disciplinam o assunto no nosso projeto de lei, que deixo de ler e explicar para poupar os meus nobres Colegas.

Srs e Srs. Senadores, na justificação da nossa proposição, para a qual peço a especial atenção da Comissão de Constituição e Justiça e de Vossas Excelências, dissemos que o aprimoramento da legislação eleitoral e partidária é uma exigência permanente de qualquer sociedade que procura tornar mais efetiva e representativa a participação política de seus cidadãos.

A influência do poder econômico sempre esteve presente nas discussões a respeito da real representatividade democrática dos pleitos eleitorais de qualquer país. Quanto ao Brasil, sua legislação eleitoral vem sendo modificada constantemente para incluir restrições ao uso abusivo do dinheiro nas campanhas eleitorais. No entanto, constatam-se, com frequência, acusações contra determinados candidatos, eleitos em razão de despendem elevadas somas de recursos financeiros em suas campanhas, infringindo, assim, a lei.

As principais democracias representativas do mundo estão procurando remover tal problema instituindo o financiamento público direto aos partidos políticos. Essa prática vem ganhando força entre os países europeus desenvolvidos, sendo que nos países nórdicos, Suécia, desde 1966, e posteriormente Finlândia, Noruega e Dinamarca, há uma certa similitude de legislação a respeito, o que permite falar em "modelo escandinavo" de subvenção estatal dos partidos, que está baseado em três pilares, a saber: a) a ajuda econômica oficial é destinada aos partidos de acordo com sua força eleitoral e sua força parlamentar; b) financiamento das atividades ordinárias, em bases anuais, sem que a ocorrência de eleições resulte na alocação de recursos públicos adicionais; c) não se exige, com exceção do caso finlandês, controle sobre o uso dessas subvenções públicas nem sobre a origem de quaisquer outras fontes de financiamento de que podem dispor os partidos. É importante ressaltar que a ausência do controle mencionado na letra "c" é uma característica desses países escandinavos, não ocorrendo nos demais países europeus que adotam o financiamento público dos partidos.

O sistema de financiamento público dos partidos e da campanha eleitoral na Alemanha para o Bundestag compreende um sistema de restituição parcial das despesas efetuadas e de adiantamento de futuras restituições de despesas de campanha eleitoral, financiado com verbas orçamentárias. Isso

significa, na prática, subsidiar regularmente os partidos políticos, prevendo, ainda, o controle e publicidade da contabilidade das campanhas dos partidos. Nesse sistema, o montante global de despesas restituíveis de campanha é calculado na base fixa de 5 marcos alemães por eleitor alistado, a ser rateado entre os partidos de acordo com seu desempenho eleitoral demonstrado pela apuração final do resultado das eleições. As doações de recursos financeiros são permitidas desde que não provenham de fundações públicas ou associações de interesse público; proibem-se, também, as efetuadas por associações profissionais e as anônimas de valores superiores a 1.000 marcos alemães e as que forem oferecidas com evidente expectativa de vantagem econômica ou política. Toda doação superior a 20.000 marcos alemães deve ter seu valor declarado com a identificação do doador.

O processo eleitoral norte-americano, na sua parte referente ao financiamento das campanhas, é disciplinado em legislação que compreende duas vertentes: as eleições federais em geral (presidenciais e para o Congresso) e uma específica para as eleições presidenciais. São estabelecidos, tanto para as pessoas físicas como para as pessoas jurídicas, limites para doações aos candidatos, os quais deverão constituir comitês habilitados para recebê-las, e obrigatoriedade de publicidade daquelas de valores superiores a US\$ 100. Existem comissões estaduais, de composição bipartidária, que controlam os balancetes entregues pelos comitês eleitorais dos candidatos. Periodicamente são remetidos à Comissão de Eleições Federais (FEC) relatórios pormenorizados sobre as contribuições recebidas. Não há limites para as despesas de campanha para o Congresso; no entanto, tratando-se de eleições presidenciais, o candidato pode optar pelo financiamento público desde que obtenha 5% dos votos válidos e renuncie a qualquer financiamento privado de sua campanha.

Na França, a Lei Orgânica nº 88-226 e a Lei Ordinária nº 88-227, ambas de 11 de março de 1988, instituíram o financiamento público das campanhas para a Presidência da República e a Assembleia Nacional, bem como das atividades partidárias de rotina, sendo bastante expressivo tal financiamento de modo a evitar que as verbas de origem privada sejam determinantes para a eleição de qualquer candidato. No caso da eleição para a Presidência da República, o candidato que obtiver pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos no primeiro turno será ressarcido em 25% (vinte e cinco

por cento) do limite máximo legal de despesa, que é de 24 milhões de dólares para o primeiro turno, valor este reajustável anualmente através de decreto, de acordo com a previsão de evolução da média anual dos preços de bens e serviços de consumo familiar.

Poderíamos citar outros países que financiam seus partidos políticos e suas campanhas eleitorais, porém, julgamos suficientes os exemplos acima para demonstrar uma tendência mundial de as democracias procurarem alijar da disputa eleitoral a má influência do poder econômico.

A Carta de 1988 determina, ainda, em seu art. 17, §3º, que: "Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário (...)". Esse fundo está previsto na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), com a denominação de Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (art. 38), constituído de recursos provenientes de diversas fontes, inclusive de dotação orçamentária da União (art. 38, IV), a qual deverá ser consignada ao Tribunal Superior Eleitoral (art. 40). Tais recursos devem ser aplicados em conformidade com o disposto no art. 44 da referida lei, que menciona entre outros itens, o alistamento e eleição (44, III).

Todavia, a prática das campanhas eleitorais, inobstante a preocupação da legislação recente em coibir o abuso do poder econômico, tem demonstrado que o financiamento público dessas campanhas, através do fundo partidário, não tem cumprido a finalidade de reduzir a influência do poder econômico no resultado das eleições.

Os países que têm a legislação orientada nessa direção são países economicamente prósperos e na maioria dos casos politicamente amadurecidos, tendo uma população de elevado nível educacional e cultural que, por isso mesmo, cobra dos governantes um processo eleitoral em que não possa haver dúvidas quanto a seus resultados.

O Brasil ainda não se enquadra exatamente neste perfil. Mas as freqüentes denúncias de que candidatos são eleitos infringindo as normas eleitorais, abusando de poder econômico para conseguir êxito eleitoral, torna necessária a atuação do Poder Público, financiando as campanhas eleitorais, para coibir e erradicar tais práticas eleitorais incompatíveis com uma verdadeira democracia.

As objeções mais comuns à destinação de recursos orçamentários, em montantes significativos, para que os partidos possam disputar as eleições sem se submeterem aos interesses de grandes grupos econômicos, relacionam-se com as prioridades

dos gastos governamentais e com a própria natureza de tais despesas, que poderiam ser inconvenientes frente aos graves problemas sociais do País, onde substancial parcela da população é mal assistida pelo Poder Público.

Tais argumentos podem ser retorquidos tanto por seu aspecto financeiro, considerando-se que o volume de recursos orçamentários é perfeitamente suportável pela sociedade sem que haja necessidade de sacrificar qualquer programa social, quanto pelo fortalecimento da cidadania, que é condição indispensável para que os frutos do progresso econômico cheguem a todos os brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, procuramos nesse projeto aproveitar a legislação partidária e eleitoral existente, apenas ampliando seu alcance. Por conseguinte, o que estamos propondo, em síntese, é a ampliação e reforço do Fundo Partidário, previsto na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), para que o Estado possa participar, de modo decisivo, no financiamento das campanhas eleitorais, inspirando-se nos modelos adotados pelas principais democracias do mundo.

Creio estar em nossas mãos, com os aprimoramentos sugeridos pela experiência dos que compõem esta Casa, a solução para o problema do custeio das campanhas eleitorais.

Esperamos que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é meu propósito, no pronunciamento que agora farei, favorecer a intensificação dos debates sobre a Reforma Administrativa.

Estes começam a atingir intenso clima de aquecimento, o que, além de sumamente salutar, já fora previsto por muitos parlamentares, inclusive por mim.

É que, pela reforma administrativa, mais do que por outras reformas, mexe-se a fundo com as pessoas e com seus direitos.

Nas outras, estavam em jogo o formato das instituições e certas regras que presidem o jogo econômico.

Nesta, atinge-se, sob vários aspectos, o direito das pessoas e, por consequência, o próprio Estado de Direito.

Não pretendo, hoje, ferir todos os aspectos envolvidos na tão propalada Reforma Administrativa. Vou limitar-me, neste pronunciamento, à abordagem de dois pontos, que, no meu entendimento, constituem o conteúdo mais controvertido da citada reforma.

Refiro-me à extinção da estabilidade dos servidores públicos e à abolição do Concurso Público,

como requisito essencial para ingresso no quadro de servidores do Estado.

Todavia, antes de adiantar minha posição face a esses dois pontos de suma relevância, quero, preliminarmente, propor ao Governo algumas ponderações que urgem marcar presença, seja no desenrolar dos debates, seja no encaminhamento das votações.

As ponderações ou advertências que, pois, tenho a fazer aos homens de Governo, especialmente àqueles mais envolvidos na concepção, na gestação e no processo de nascimento da reforma, são as seguintes:

Não magnifiquem suas expectativas de modernização e revitalização do País, mediante a simples promoção de mais uma reforma do aparelho do Estado. Caso contrário, não tardarão - perdoem-me a palavra a decepcionar-se.

Nas últimas décadas, não há governo que se preze que não tenha "perpetrado" suas reformas.

Reformas do ensino, reformas ortográficas, reformas administrativas, reforma agrária, reformas da Constituição, reforma eleitoral, reforma dos partidos, sem falar no Imposto de Renda, cuja legislação é ineffectivamente contemplada com uma reforma anual.

E o Brasil continua o mesmo: imaturo, instável, inculto, doentio, desigual, ineficiente, às voltas com sérias crises, as mais sérias das quais são a crise de valores e a crise de identidade.

Quando é que nossos reformistas acabarão por descobrir que a reforma que se impõe sobre todas é a reforma do homem brasileiro, do qual depende a viabilidade de todas as reformas?

Outra ponderação: Cuidado, muito cuidado mesmo, com o ímpeto e a sofreguidão em "remover constrangimentos legais".

Ímpetos com esses, desencadeados açodadamente, e puxados a "rolo compressor", quase sempre têm como consequência ou o congestionamento de processos na barra dos tribunais, ou a geração de atos por demais parecidos com os atos institucionais, de triste memória.

Por fim, minha terceira advertência.

Se de fato, o que pretendem os mentores da reforma administrativa é, como alardeiam, recuperar o respeito e a imagem do servidor perante a sociedade e estimular o seu desenvolvimento profissional, comecem, então, por respeitá-los publicamente, perante a sociedade.

Evitem, até mesmo por uma questão de acatamento ao que de melhor se ensina nas Universidades, sobre relações humanas e sobre psicologia do trabalho, que porta-vozes irados do Poder Público,

compareçam quase que diariamente ante os órgãos de imprensa ou da mídia eletrônica, para torturá-los com alguma ameaça, ou para detrá-los generalizadamente, como que forçando a Nação a identificá-los como a encarnação detestável de todas as nossas mazelas.

Isso dito, Sr. Presidente passo a expender meus pontos de vista, ou melhor, meu posicionamento relativos, em primeiro lugar, à abolição da estabilidade.

Para clareza de minha abordagem irei desdobrar o problema em dois. Considerarei primeiramente a estabilidade dos servidores atuais, com mais de dois anos cumpridos de estágio probatório.

Considerarei, em seguida, a estabilidade dos futuros servidores, isto é, daqueles que ingressarão no serviço público, após a aprovação das emendas que encaminham a reforma administrativa.

Para simplificar, inverte a ordem dos problemas.

Começo pelo segundo caso, isto é pela abolição da estabilidade dos futuros funcionários, portanto, daqueles que ainda não conquistaram esse direito.

No que a estes concerne, considero negociável e aceitável a alteração do estatuto de estabilidade, seja, abolindo-a, seja flexibilizando-a.

Quanto à situação configurada no primeiro caso, isto é, quanto aos funcionários já estáveis, quero desde já deixar bem claro minha posição inarredável: não à desestabilização!

Não à postergação indébita dos direitos adquiridos.

Para marcar o absurdo contido na negação do direito adquirido aduzo o exemplo de um caso concreto.

O Senhor Fernando Henrique Cardoso concorreu às eleições para a Presidência da República, ganhou-as, foi diplomado, prestou juramento perante o Congresso Nacional, tomou posse e passou a exercer o cargo de Presidente, tendo obedecido rigorosamente, em cada um desses passos, às normas específicas da Constituição. Graças a isso, ele é detentor do privilégio e da prerrogativa de ser o Presidente de todos os brasileiros, até o final de seu mandato.

Contrariar esse direito seria golpe, cambalacho, ruptura odienta de tudo aquilo que dá sustentação ao Estado de Direito.

Da mesma forma, o funcionário público, obedecendo estritamente à legislação específica, ingressou no quadro de servidores, contraiu deveres, e conquistou direitos, entre os quais o da estabilidade.

Ignorar isso, passar por cima disso é o mesmo que deitar por terra os fundamentos do direito, e so-

bre eles fazer passar o rolo compressor do arbítrio e da prepotência.

Ora Senhores Senadores, pelo seu perfil humano e intelectual, por seu histórico político e por sua índole democrática, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acabará descobrindo, que ele não tem vocação para isso nem leva jeito de ser tratorista de rolo-compressor.

Quanto à abolição do concurso público como condicionante de ingresso do cidadão brasileiro ao serviço do Estado, só a julgo aceitável, em certos casos, a serem cuidadosamente especificados e regulamentados. Não, portanto, como medida generalizada.

Estão aí os Governadores a clamar contra o excesso de pessoal e a insuficiência de meios para quitar as respectivas folhas de pagamento.

Ora, não há nenhum noviço em política brasileira que desconheça este traço de nossa cultura ou de nossa incultura sócio-política: os Governadores assumem e ao fazê-lo, demitem milhares de funcionários, para poderem governar.

Ao findar o mandato, eles admitem e nomeiam o dobro dos funcionários antes demitidos, para poderem se eleger ou eleger seus sucessores.

Tudo isso entrou na rotina de nossos criticáveis procedimentos político-administrativos, a despeito da vigência da norma que condiciona as nomeações à prestação de Concurso Público.

Imaginem, então, o que não farão os maus governantes, se puderem dispor, a seu talento, dessa peixeira de dois gumes inventada por Bresser Pereira, que se chama quebra da estabilidade e abolição do concurso!

Não! Antes de levarmos a bom termo uma radical reforma do homem brasileiro - aí incluindo todos os ingredientes que só a educação para a cidadania e o cultivo de elevados valores morais podem operar - seria um desastre "remover constrangimentos legais" e depositar em mãos inabilitadas, instrumentos tão perigosos quanto são o instituto da instabilidade assim como o instituto do acesso, sem maiores exigências, ao serviço público.

Esperar milagres da introdução dessas franquias, é desconhecer o Brasil real.

É o que penso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h52min)

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 14, DE 1995

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, considerando o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 31, de 1987, e o que consta do Processo nº 015.879/95-0, resolve:

Art. 1º O art. 1º, **caput**, do Ato do Primeiro Secretário nº 3, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nas obras contratadas pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificação e Despesas Indiretas - BDI - fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. - Senador **Odacir Soares**, Primeiro Secretário.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 664 DE 1995 (*)

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, tendo em vista o que consta dos Processos nºs 003.452/95-6, 009.121/93-5, 019.958/93-5, 007.761/94-5 e 005.088/95-0, e de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 42, de 1993 e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, resolve

Nomear Marcus Vinicius P. Gonçalves, Walde-mir Dias Torres, Ivanildo Bento da Silva, Marcino Martins de Paula, Jurandir dos S. de Oliveira, Roberto Born, Paulo Roberto Ferreira de Souza, Marcos Euglesio Leal, Divino Rocha G. de Alcântara, Demerval Martins de Almeida, Naftali Alves dos Reis, Raimundo Marcondes Carvalho, Saulo Lúcio de Oliveira e Masato Kojima, para o cargo de Técnico Legislativo - Nível II, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Transporte, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Presidente nº 262, de 1992, publicado no **Diário Oficial da União**, Seção I, de 30 de junho de 1992, com prazo de validade prorrogado pelo Ato da Comissão Diretora nº 11, de 15 de junho de 1994.

Senado Federal, 2 de outubro de 1995. - **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF, de 3-10-95.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 718, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve desligar o servidor ALCIDES SANTOS G. DA SILVA, matrícula nº 1980, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada, FC-3, de Auxiliar de Gabinete, da Diretoria Geral, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 719, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora CRISTIANE DE LUCENA CARNEIRO, matrícula 4992, ocupante do cargo efetivo Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade: Telefonia, para exercer a Função Comissionada, FC-3, de Auxiliar de Gabinete, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 720, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor ALCIDES SANTOS G. DA SILVA, matrícula 1980, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Relações Públicas, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 721, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e de acordo com as Resoluções nº 42, de 1993, e nº 73, de 1994, resolve nomear LUCIANA STUDART L. DE A. AN-

DRADE, EDUARDO BAUMGRATZ VIOTTI, IDALINA MARIA ROCHA MELO, MARCOS JOSÉ MENDES, HAROLDO FEITOSA TAJRA e MARCELO AFFONSO MONTEIRO para o cargo de Consultor Legislativo – Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelos Atos do Presidente nº 57, de 1993, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 1º de fevereiro de 1993, e nº 214, de 1993, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 19 de março de 1993, com prazos de validade prorrogados pelo Ato da Comissão Diretora nº 24, de 24 de novembro de 1994.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 722, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112/90, e o que consta do processo nº 010.347/95-0, resolve tornar sem efeito o Ato nº 415, de 1995, desta Diretoria-Geral, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal, de 11 de agosto de 1995, que designou a servidora SILVANA SAMPAIO, matrícula 5055, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade: Datilografia, para exercer a Função Comissionada, FC-3, de Auxiliar de Gabinete, da Secretaria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 02 de agosto de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 723, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve desligar LUIZ ANTÔNIO ROCHA, matrícula 1564, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade: Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, da Função Comissionada, FC-6, de Assistente Técnico, do Serviço de Pagamento de Pessoal, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 724, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve designar SILVA SAMPAIO, matrícula 5055, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Datilografia, Nível II, Padrão 16, para exercer a função comissionada, FC-6, de Assistente Técnico, do Serviço de Pagamento de Pessoal, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 725, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar LUIZ ANTÔNIO ROCHA, matrícula 1564, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para exercer a função comissionada, FC-7, de Chefe do Serviço de Pagamento de Pessoal, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 726, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor RICARDO VARGAS, matrícula 2301, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Arquivo, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 727, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da

Resolução nº 42, de 1993, resolve designar Ricardo Vargas, matrícula 2301, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, para exercer a função comissionada, FC-3, de Auxiliar de Gabinete, da Secretaria Legislativa, a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 728, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora EVELIN DA SILVA ORTEGA, matrícula 4022, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 729, DE 1995**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor ALEX PEREIRA DE ANDRADE, matrícula 3251, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 730, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor ALEX PEREIRA DE ANDRADE, matrícula 3251, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-4,

da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 731, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, Resolve dispensar a servidora **TÂNIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA**, matrícula 3677, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do Cedesen, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 732, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, Resolve designar a servidora **TÂNIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA**, matrícula 3677, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 733, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, Resolve dispensar a servidora **INES DE SAMPAIO PACHECO**, matrícula 2791, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 734, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º do

Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, Resolve designar o servidor **PAULO ROBERTO FALCONI DE CARVALHO**, matrícula 1499, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 4 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 735, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, Resolve designar o servidor do Cegraf, **WANDERLINO ALVES DE SOUZA FILHO**, matrícula 1380, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 736, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora do CEGRAF, **MARIA JOSÉ GADIOLI DUARTE MOURÃO**, matrícula 2124, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Planejamento e Controle, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 4 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 737, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor **JOEL AMÂNCIO NETO**, matrícula 1773, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Assistência a

Plenários e Portarias, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Publicações, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Arquivo, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 738, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor carlos eduardo campos ábrego, matrícula 1632, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Publicações, símbolo FC-5, da Subsecretaria de Arquivo, com efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. **Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.**

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 739, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 021.547/95-5, resolve nomear LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado

Federal, com lotação no Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 740, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 021.548/91-1, resolve exonerar OSVALDO ALVES DE ANDRADE do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 4 de outubro de 1995.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 741, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 020.365/95-0, resolve nomear ANA MARIA CAETANO POMPEO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, 13 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPR – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PP – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares

Vice-Líderes

José Roberto Arruda

Vilson Kleinübing

Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Eptácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPR

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
 Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PR			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPPLY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
 *3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			
vago			

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSE			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

Obs: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/93

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB * PL * PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3498/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintibing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

	PP	
Osmar Dias		
	PT	
		Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra Elaborando a Constituição Nacional, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**
- Dispositivos vetados e razões dos vetos**
- Legislação correlata**
- Índice temático**

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989

5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio I (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 120 – outubro / dezembro 1993

Carlos Mário Velloso

O Supremo Tribunal Federal, Corte constitucional

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

O Poder Judiciário e a revisão constitucional

Geraldo Ataliba

Limites à revisão constitucional de 1993

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Ética e funções essenciais à Justiça no presidencialismo moderno

Dimas Macedo

A democracia direta e a Constituição

Ronaldo Poletti

A idéia democrática no direito romano

Michel Temer

Revisão constitucional

Arnoldo Wald

Algumas premissas da reforma constitucional: a redução do papel do Estado, o fortalecimento da empresa privada e a limitação do poder monetário

Hugo de Brito Machado

Morosidade, formalismo e ineficácia das decisões judiciais

Carlos Valder do Nascimento

Revisão constitucional: âmbito, alcance e limites

Sérgio Sérulo da Cunha

Revisão constitucional: o caso brasileiro

João Paulo M. Peixoto

O monarca republicano e o regime híbrido de governo: a experiência francesa

Cármem Lúcia Antunes Rocha

Constituição e mudança constitucional: limites ao exercício do poder de reforma constitucional

Mauro Márcio Oliveira

Legimetria: uma proposta e dois exercícios experimentais

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura Seção I ou II s/ o porte	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura Seção I ou II c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS